



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**Uma eleição disruptiva: principais causas que levaram
Bolsonaro à presidência do Brasil**

Carlos Hugo Honorato da Silva

João Pessoa - PB

Novembro de 2023

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Carlos Hugo Honorato da.

Uma eleição disruptiva: principais causas que
levaram Bolsonaro à presidência do Brasil / Carlos Hugo
Honorato da Silva. - João Pessoa, 2023.
82 f.

Orientador: José Henrique Artigas de Godoy. TCC (Graduação) -
Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes, 2023.

1. Bolsonaro. 2. Bolsonarismo, 3. Extrema direita.
4. impeachment. 5. Godoy, José Henrique Artigas de. II.
Título.

UFPB/CCHLA

CDU 32(81)

Elaborado por MARIA DE FATIMA HENRIQUE JORGE MAIA - CRB-15/392

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**Uma eleição disruptiva: principais causas que levaram
Bolsonaro à presidência do Brasil**

Carlos Hugo Honorato da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Coordenação do Curso de Ciências Sociais
da Universidade Federal da Paraíba. Em
cumprimento das exigências para obtenção
do grau de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientação: Professor Doutor José Henrique
Artigas de Godoy (DCS / UFPB).

João Pessoa - PB

Novembro de 2023

UMA ELEIÇÃO DISRUPTIVA: PRINCIPAIS CAUSAS QUE LEVARAM BOLSONARO À PRESIDÊNCIA DO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Coordenação do
Curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal da Paraíba
como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciado em
Ciências Sociais.

Aprovado em: 07 de Novembro de 2023.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. José Henrique Artigas de Godoy
DCS/UFPB – (Orientador)

Documento assinado digitalmente
 LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA
Data: 09/11/2023 11:15:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Luciana Aparecida Aliaga Ázara de Oliveira
DCS/UFPB (Examinadora)



Prof. Dr. Hélio Maurício Pirajá Cannone
DCP/UFBA (Examinador)

Dedico este trabalho para meu Pai João Honorato (in memoriam), minha mãe Ivanilde Costa Honorato (in memoriam), minha família, Fabiana Esposa, Filhos: Carla, Higgo, Hugo, Camila, Caio e Carol, e aos que lutam pela democracia sem descanso.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha companheira Fabiana Honorato, pela força, incentivo e compreensão pelas inúmeras noites que dediquei ao curso, entendendo minha ausência nesses dias.

Agradeço também, de forma carinhosa e respeitosa, ao professor e orientador José Artigas, que ao analisar meu projeto de TCC, me surpreendeu com um grande apoio e incentivo, aceitando ser orientador deste trabalho com uma dedicada e competente orientação e, além disso, me motivando a continuar com a pesquisa em um futuro doutorado.

Aos meus filhos Carla, Higgo, Huguinho, Camila, Caio e Carolina, pelo carinho sempre presente em todas as horas.

Aos membros da banca examinadora, pela disponibilidade e o aceite em participar desse momento muito importante para minha vida como discente.

A igualdade política é a base da democracia. (...) Somente a igualdade política assegura que a composição e o exercício do poder político sejam autorizados pelo todo e sejam de responsabilidade do todo. *Nas ruínas do neoliberalismo*, Wendy Brown.

RESUMO

A eleição para presidente do Brasil em 2018 chama a atenção para seu fato inusitado e disruptivo. Jair Messias Bolsonaro, que venceu o pleito, era considerado um *outsider* da política, além de possuir um discurso homofóbico, racista, misógino e defensor da ditadura militar de 1964, desbancou os opositores de forma inabitual, levando-se em conta a tradição brasileira das eleições pós redemocratização. Esse fenômeno foi bastante examinado pela comunidade intelectual, através de periódicos científicos, livros, monografias, dissertações e teses, que nos auxiliaram na busca de compreender alguns condicionantes do processo histórico que levou ao resultado final desta eleição. Buscamos dividir os temas em quatro capítulos, respeitando a cronologia dos fatos, a saber: As jornadas de junho de 2013; O avanço da extrema direita no Brasil; O partido da Lava Jato e o Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

Palavras-chave: Bolsonaro; bolsonarismo; extrema direita; impeachment; Lava Jato.

ABSTRACT

The election for president of Brazil in 2018 drew attention for its unusual and disruptive nature. Jair Messias Bolsonaro, who won the election and was considered a political outsider, as well as having a homophobic, racist, misogynist discourse and defending the 1964 military dictatorship, defeated his opponents in an unusual way, taking into account the Brazilian tradition of post-democratization elections. This phenomenon has been extensively examined by the intellectual community, through scientific journals, books, monographs, dissertations and theses, which have helped us to understand some of the conditioning factors of the historical process that led to the final result of this election. We tried to divide the themes into four chapters, respecting the chronology of the facts: The June 2013 protests; The advance of the extreme right in Brazil; The Lava Jato party and the impeachment of President Dilma Rousseff.

Keywords: Bolsonaro; bolsonarismo; extreme right; impeachment; Lava Jato.

LISTA DE SIGLAS

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PSL - Partido Social Liberal

PFL - Partido da Frente Liberal

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PSTU - Partido Socialista do Trabalho Unificado

PT - Partido dos Trabalhadores

Diap, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

IEE (Instituto de Estudos Empresariais)

HNH - HOPE not hate

SUMÁRIO

1. Introdução _____ p. 12
2. As jornadas de Junho de 2013 _____ p. 19
3. 2014: O avanço da extrema direita _____ p. 28
4. O partido da Lava Jato _____ p. 48
5. O impeachment da Presidenta Dilma Rousseff _____ p.60
6. Considerações Finais _____ p. 69
7. Referências _____ p. 79

1. INTRODUÇÃO

O tema de nosso trabalho de conclusão de curso busca compreender alguns condicionantes do processo que levou Bolsonaro à vitória nas eleições para presidente da república de 2018, no sentido alcançarmos as diversas teorias sobre esse fenômeno político e momento histórico, buscando e analisando, de forma panorâmica, alguns trabalhos de cientistas políticos, jornalistas e sociólogos sobre essa eleição, para tentarmos, se possível for, decifrar essa eleição tão disruptiva. Uma coisa que parece unânime é o resultado inusitado do pleito no que se refere ao vencedor, o deputado Jair Messias Bolsonaro. Jairo Nicolau (MOURA e CORBELLINE, 2019, p.15) arrisca em afirmar que a eleição de 2018 *“foi a disputa mais surpreendente da história das eleições no Brasil”* e que a vitória de Bolsonaro foi *“a mais impressionante da história das eleições brasileiras”*. Moura e Corbelline também destacam essa vitória de Bolsonaro como improvável, senão *“impossível”* (MOURA e CORBELLINE, 2019, p. 21). Por sua vez, Sergio Abranches, em sua análise, vai dizer que essa eleição *“foi disruptiva”* (ABRANCHES, 2019, p. 11) ao encerrar um período que forjou o presidencialismo de coalizão nos últimos 25 anos. A maioria dos analistas não fizera prognósticos do potencial eletivo de Bolsonaro na conjuntura do Brasil pós junho de 2013, como veremos.

No dia 28 de outubro de 2018, no segundo turno das eleições para presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro foi vitorioso com 57.797.464 votos, superando Fernando Haddad seu rival. Para Cesar Calejon Ibrahim, cinco fatores foram preponderantes para Bolsonaro ter tido uma

votação tão expressiva: 1) o antipetismo – estimulado por alguns grupos empresarias e de comunicação; 2) o elitismo histórico-cultural – corroborado, principalmente, por parte da classe média brasileira; 3) o dogma religioso – uma grande adesão à Bolsonaro de uma boa parte dos evangélicos; 4) o sentimento de antissistema – mais de 31 milhões de abstenções na eleição de 2018, retrata uma descrença no modelo de democracia representativa no Brasil; 5) o uso de novas ferramentas e estratégias de comunicação – uso da internet e redes sociais para disseminação de notícias falsas e discursos de ódio (IBRAHIM, 2021, p. 25).

Mas quem era Bolsonaro para que ninguém, ou quase ninguém, apostasse na sua vitória? Quem era àquele deputado considerado do baixo clero? Thaís Oyama, jornalista que fazia coberturas na Câmara dos Deputados, retrata Bolsonaro como a maioria dos jornalistas de Brasília percebia-o, ou seja, do baixo clero e da cota folclórica do Congresso (OYAMA, 2020, p. 11). O deputado Bolsonaro teve seu primeiro mandato aos 35 anos. Aos 63 anos, quando deixou o mandato para se candidatar a presidente, o seu currículo apenas apresentava algumas emendas sempre como co-autor e sempre de interesses dos militares. Um deputado que durante esses 28 anos circulava nos bastidores sem nenhuma relevância, sem ser conhecido – a não ser no seu reduto fluminense -, e sem nunca ter participado de nenhuma comissão¹.

¹ A Câmara dos Deputados possui comissões permanentes e temporárias, com funções legislativas e fiscalizadoras. É nas comissões que se estuda a conveniência de uma proposta legislativa e onde ocorrem debates que contam com a participação da sociedade. São 30 comissões permanentes em funcionamento; além delas, há outras dezenas de comissões temporárias — onde se incluem as parlamentares de inquérito (CPIs) — e as mistas, formadas por deputados e senadores. <https://www.camara.leg.br/comissoes>; [Comissões da Câmara dos Deputados - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#). (Acesso em 4/04/2023)

Mas como Bolsonaro passou de um político desconhecido para em menos de dois anos chegar à presidência da República? Leonardo Avritzer menciona que ocorreram dois momentos que o fizeram centro da política brasileira: “O primeiro foi o impeachment da ex-presidenta Dilma (...). O segundo momento foi o atentado em Juiz de fora²” (AVRITZER, 2020, p. 09). O discurso de Bolsonaro na votação do impeachment de Dilma foi chocante. Em um dos momentos ele disse ao vivo para todo o Brasil no dia 17 de abril de 2016:

*Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é "sim"*³

Neste sentido, também pretendemos entender as perguntas que Boris Fausto (ABRANCHES, 2019, p. 150), Ronaldo Lemos (ABRANCHES, 2019, p. 195), Daniel Arão Reis (ABRANCHES, 2019, p. 274) e Heloisa Starling (ABRANCHES, 2019, p. 352) se fizeram para tentar compreender essa vitória inusitada:

como chegamos à catástrofe de 2018? como viemos parar aqui? o que fizemos para chegar a esse ponto? como foi que chegamos até aqui? Como um candidato que defendia a tortura, se afirmava homofóbico, se portava como misógino, preconceituoso e ainda assim teve a ajuda da mídia para ser mais conhecido e foi eleito presidente da República Federativa do Brasil?

² “Para os especialistas ouvidos pelo iG, além do aumento da exposição nos meios de comunicação, a **facada em Bolsonaro** fez com que ele se tornasse uma vítima e reconstruísse sua imagem pública. <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-10-28/facada-em-bolsonaro-eleicoes.html>. (Acesso em 27/02/2023).

³ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. (Acesso em 21/06/2023)

Rosana Pinheiro-Machado, citando uma pesquisa feita por Piaia e Nunes, demonstra que Bolsonaro entre 2010 e 2018 foi protagonista na mídia de TV aberta *“somando 33 participações, cujo centro eram suas opiniões polêmicas, em programas como SuperPop, Pânico e CQC”* (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 138). A mídia contribuiu para criar um “mito” anti-esquerda, pois o que ele defendia, mesmo que fossem idéias absurdas, rendia audiência. Adalberto Cardoso afirma que a vitória de Bolsonaro em 2018 já *“estava escrita nas estrelas”* e que apenas o próprio Bolsonaro e seus seguidores viram isso (CARDOSO, 2020, p. 229).

Entretanto, Marcos Nobre não acredita que a eleição de Bolsonaro tenha sido apenas algo *“acidental”*, pois as *“novas direitas”* já estavam se organizando desde início dos anos 2000, criando um novo espaço político, embora tenham tido mais visibilidades no ano de 2013 e que não foi surpresa que *“a conjunção desses movimentos subterrâneos, invisíveis na esfera pública formal, que foi junho de 2013”*, tenha surgido como ameaça para todo o sistema político brasileiro (NOBRE, 2022, p. 127). Para Marcos Nobre, é um equívoco grave perceber o crescimento da extrema direita *“unicamente em termos de ‘reação’ a movimentos de intenção emancipatória (...) e sem compreender a extrema direita em termos do que efetivamente representa”* (NOBRE, 2022, p. 127).

A onda bolsonarista atropelou a política brasileira com uma força inesperada, anuncia no início seu texto *“A bolsonarização do Brasil”* Ester Solano (ABRANCHES, 2019, p. 307). Para ela, a vitória de Bolsonaro desafiou todas as análises clássicas da ciência política que defendiam *“que sem tempo suficiente de horário eleitoral gratuito e sem um partido político expressivo não*

havia chance nenhuma de o candidato chegar ao planalto” (ABRANCHES, 2019, p. 307). O candidato Bolsonaro ajudou eleger pessoas absolutamente desconhecidas no universo da política. Foram deputados, senadores e até governadores que surfaram nesta onda e tiveram votações expressivas. Segundo Solano, Bolsonaro soube capturar a insatisfação gerada pelas crises econômica e política no Brasil, com o agravante das notícias sobre a corrupção que assolaram os noticiários das TV’s com a operação Lava Jato. Para ela, esse fenômeno não é regional e nem nacional, porque:

(...) em vários países, como Estados Unidos com Donald Trump, Itália com Matteo Salvini ou Hungria com Viktor Orbán, candidatos de extrema direita ganham eleições capturando o sentimento de frustração e desesperança e se apresentam com discursos de renovação (ABRANCHES, 2019, p. 308).

Hoje vivenciamos a política dos antagonismos, diz a professora que defende que isso é uma tendência política que não se preocupa com questões programáticas ou propositivas *“mas é construída a partir da negação”* (ABRANCHES, 2019, p. 309): negação da política, dos partidos, do sistema e das instituições democráticas. Em uma pesquisa realizada juntamente com Pablo Ortellado e Lucia Nader durante as manifestações pró-impeachment no ano de 2015, Solano pretendia captar o perfil político e ideológico das pessoas que foram às ruas e seus motivos para irem. Em uma manifestação em São Paulo, na avenida paulista no dia 16 de agosto deste ano, os que responderam que não estavam satisfeitos com o sistema político foi de 96%, enquanto 70% não confiavam nos políticos e 73% não confiavam nos partidos. Já naquela época, 19,4% dos entrevistados afirmavam confiar em Bolsonaro.

Nessas manifestações havia na figura do antipetismo uma característica marcante que era uma adesão a afirmações de conteúdo anti-igualitário, que se apresentaram nas entrevistas. Para 60,4% dos entrevistados, a Bolsa Família financiava preguiçosos e 70,9 acreditavam que as cotas sociais geravam mais racismo. Solano ressalta que esses pensamentos são comuns em debates que circulam em redes sociais de conservadores e direitistas. Por esta razão, Solano acredita que a maioria dos presentes nas manifestações que votou no candidato Aécio Neves, do PSDB, estava migrando em massa em favor de Jair Bolsonaro e neste sentido, *“os elementos antissistema, antipartidarismo, antipetismo e antiesquerdismo seriam, de acordo com minhas pesquisas, fatores essenciais para a vitória do próximo presidente brasileiro”* (ABRANCHES, 2019, p. 312).

Percebemos, após análise dos principais aspectos que favoreceram a vitória de Jair Bolsonaro para presidente do Brasil em 2018, que vários fatores foram importantes para esse fato ter ocorrido. Porém, tentamos fazer uma síntese dessas teorias e elencamos quatro fatores que compreendemos serem determinantes para o que procuramos expor, ou seja, o que levou Bolsonaro a vencer às eleições de 2018, apesar das características tão fora do padrão e dos apoios (ou falta deles) do candidato vencedor. Para tentar entendermos, decidimos condensar nesses pontos: 1- As jornadas de Junho de 2013; 2- 2014: O avanço da extrema direita; 3- O partido da Lava Jato e 4- O impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. As produções de textos e livros que buscamos analisar, que invariavelmente se completam apesar das diferentes, porém construtivas, visões da questão que buscamos compreender a partir de um campo de múltiplas vozes de acadêmicos que também desejam

entender as indagações baseadas em uma conjuntura daquele momento. Dito isso, procuraremos responder às interrogações, através dessa análise panorâmica das produções selecionadas, no intuito de apreender nosso objeto de estudo.

2. As jornadas de Junho de 2013

Os protestos que aconteceram no Brasil em 2013 foram, segundo a maioria dos autores analisados, importantes para compreender a eleição de 2018. Conhecido como Jornadas de Junho, as manifestações tiveram início em janeiro na cidade de Porto Alegre – RS (IBRAHIM, 2021, p. 61) quando as empresas anunciaram aumento da passagem dos transportes públicos e que efetivaram em março daquele ano em 7%. Em maio os protestos se avolumaram na cidade de Natal e o movimento Revolta do Busão foi intensificado, desembocando nas manifestações em São Paulo no mês de Junho. Naquela época não se tinha com clareza o que estava realmente acontecendo e quais seriam suas conseqüências para um governo de esquerda. Não havia um consenso de opiniões sobre essas manifestações.

Neste período, Pinheiro-Machado se perguntava se esses protestos “*geraram coesão, fragmentação e transformação do coletivo*”, e hoje ela acredita que realmente o que aconteceu foi “*cisão e coesão da ordem social e política*” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 29). A socióloga e antropóloga alega que hoje se pode enumerar interpretações sobre as Jornadas de Junho e dentre elas: a versão “*golpista*”, que defendia que o golpe que levou ao impeachment de Dilma começou com as Jornadas de Junho. Segundo essa versão os protestos não tinham foco e lideranças partidárias que ajudaram na ascensão da extrema-direita no Brasil. Pinheiro-Machado acredita que essa versão comete um erro de diagnóstico, pois não leva em consideração que a adesão às manifestações começou bem antes de Junho e seus

desdobramentos. A segunda versão defende que as Jornadas são como uma *“continuidade histórica das lutas anarquistas e autonomistas da virada do século XX no mundo todo”* e essa versão ela compartilha, pois acredita que essas manifestações tinham como centro a defesa da democracia e contra o neoliberalismo.

Entretanto, nessas manifestações era claro a rejeição aos políticos na atitude de impedir manifestantes de alçar bandeiras de partidos aos gritos de *“sem partido”*, rechaçando também a presença de políticos para evitar que eles usufríssem das manifestações para proveito próprio. Não havia lideranças perceptíveis e as manifestações pareciam genuinamente populares. O governo ficou perdido e sem saber como agir naquele momento. O PT, até então, tinha construído um governo que privilegiava o trabalhador e as pessoas mais necessitadas, como também bons programas sociais e educacionais, desde o início do governo, em 2003, e chegando ao ápice com o fenomenal índice de aprovação no final do segundo mandato de Lula em 87% de aprovação.

Carlos Melo define o auge das Jornadas quando a truculência da polícia paulista se impôs às primeiras manifestações do Movimento Passe Livre (MPL) e acendeu o pavio da indignação popular, causando uma avalanche de manifestações por todo o país. Melo observa que já existia um mal-estar que estava latente e *“apenas encontrou canais que expressassem sua existência”* (ABRANCHES, 2019, p. 219). O cientista político lembra que desde 2011, pelo mundo, eclodiam manifestações similares, como Occupy Wall Street e a Primavera Árabe, mas pondera que *“a emergência do extremismo de direita e a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder, não se limitam ao junho de 2013”* (ABRANCHES, 2019, p.220). Esse mal-estar também foi identificado por Moura

e Corbellini (MOURA E COBERLLINI, 2019, p. 43), semelhante a um *Geist* que pairava na atmosfera, uma forte sensação de *“mal-estar da sociedade ante o estado geral das coisas, da política, da oferta de serviços públicos”*. Segundo eles, em 2013 ocorreram as primeiras manifestações da história política brasileira de massa, da pós-modernidade, que não se comparavam às manifestações pelo impeachment de Collor ou a campanha das Diretas Já. Mesmo tendo arrefecido, as manifestações deixaram dois legados: o hábito de ocupar as ruas e a descoberta da ferramenta do WhatsApp, sendo que o segundo ainda era incipiente no Brasil. Camila Rocha e Esther Solano (ROCHA e SOLANO, 2019, p. 9) ressaltam que após a eleição de Dilma em 2010 ocorreram várias manifestações contra a corrupção em 2011 e 2012, ano do julgamento do Mensalão, forjando um crescimento da nova direita que cresceu e perdeu o receio de se manifestar em público e se denominar de direita no espectro político e conservador nos costumes (AVRITZER, KERCHE e MARONA, 2021, p. 24).

Em seu ensaio, Heloisa Murgel Starling faz um relato histórico buscando no passado uma explicação para os acontecimentos contemporâneos no Brasil. Em sua visão, parece que estamos tomando emprestado o que ocorreu no passado para que se repita no presente, através de uma releitura enviesada desse passado, sob a qual *“se frauda a história para transformá-la em objeto de contestação e disputa política”*, levantando dúvidas que não poderiam jamais existir, como o questionamento: *“(...) afinal, ocorreu mesmo um golpe militar no Brasil, em 1964?”* (ABRANCHES, 2019, p. 342). Para ela, investir contra a democracia começa fraudando os fatos e isso tem início em 2013, com as manifestações. A história possui, para uma sociedade, a função de

delimitarmos o fato da mentira. Quando a verdade factual é alterada de forma deliberada e com objetivos ideológicos, a fraude toma o lugar e a função estratégica da história e sua veracidade se torna apenas opinião, e as pessoas passam a creditar em qualquer coisa que seja conveniente para elas, que para Starling “é o passado às avessas” (ABRANCHES, 2019, p. 343).

Essa crise que se inicia em 2013 também é analisada pelo antropólogo Ronaldo de Almeida. Ele percebe as manifestações como um “*gatilho que liberou forças sociais parcialmente desarticuladas e represadas sob uma legitimidade discursiva construída pelo campo político à esquerda*” (ABRANCHES, 2019, p. 42), mas que se transformaram em uma “*onda conservadora*” capturada por Bolsonaro para cooptar principalmente os conservadores evangélicos e os que tinham a opinião contrária às políticas compensatórias como o *Bolsa Família* e as cotas raciais. Políticas que foram importantes para diminuir as desigualdades no Brasil e tirar milhões da situação de fome, como mostra o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2014 que mede a fome pelo Indicador de Prevalência de Subalimentação segundo esse relatório:

(...) o número de brasileiros subalimentados havia caído 82%, entre 2002 e 2013, e representava naquele momento menos de 5% da população. E, por isso, o país não constava mais no Mapa Mundial da Fome⁴.

Todavia, Almeida pondera que nos governos de Lula tinha sido gerado equilíbrio entre consumo e prosperidade, ponto positivo, mas em detrimento de igualdade e proteção. Embora no governo de Dilma houvesse vários representantes do conservadorismo evangélico, como o sobrinho do bispo Edir

⁴Disponível em: <https://pt.org.br/pt-tirou-o-pais-do-mapa-da-fome-e-garantiu-alimentacao-saudavel/>

Macedo, Marcelo Crivella e a base do Partido Republicano Brasileiro (PRB), o que pesou contra Dilma que fez com que ocorresse o afastamento desse grupo semanas antes do impeachment foram:

as acusações de corrupção contra o PT, questões relativas à segurança e à ordem política, de um lado, e aos costumes, de outro, [que] foram colocadas pelo segmento evangélico em primeiro plano nas eleições de 2018” (ALMEIDA, 2007, p. 43).

Para André Singer, o Junho de 2013 não foram manifestações apenas de direita. Para ele, havia manifestações de variadas pautas que ele chama de “*classes cruzadas*” e de “*ideologias cruzadas*” e o *lulismo* era o foco desse Junho, preenchido pela direita e que era imperioso alvejar o *lulismo*⁵ “*erigido em perigo público, a direita apostou no ‘que se vayan todos’, mesmo com algum prejuízo às administrações dirigidas pelo PSDB*” (SINGER, 2018, p. 119). O antilulismo, na visão de Singer, surgiu a partir da luta de classes no Brasil e a partir da “*reinvenção da política*” no período de 1978 a 1988, representados pelos partidos populares e os de classe média, ganhando centralidade o enfrentamento entre capitalistas e trabalhadores:

(...) mas a forte presença do subproletariado tende a empurrar os atores para uma polarização entre ricos e pobres, a qual acabou se transfigurando, a partir de 2006, em lulismo e antilulismo (SINGER, 2018, p. 123)

Na ótica de Jessé Souza, as Jornadas de Junho de 2013 começaram como manifestações setorializadas e pautas específicas, para depois serem manipuladas midiaticamente visando minar uma “*hegemonia ideológica até*

⁵ Teria havido, a partir de 2003, uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura econômica internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza — com destaque para o combate à miséria — e para a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital. Isso teria produzido, em associação com a crise do “mensalão”, um realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, surgindo o lulismo. (SINGER, 2012, p. 17)

então dominante” e altas taxas de “aprovação aos presidentes dos governos petistas” (SOUZA, 2016, p. 87). A análise que Jessé Souza faz está relacionada com os motivos do início dessas manifestações, suas bandeiras e com o desenrolar delas até o impeachment da presidenta Dilma. Para ele, as manifestações começam como protestos localizados tendo temas da política municipal e se federalizam, pela manipulação midiática, para “atingirem a popularidade da presidente Dilma, que àquela altura gozava dos mais altos índices de aprovação no seu governo” (SOUZA, 2016, p. 87).

A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015), que é tema do artigo da historiadora Céli Regina Jardim Pinto, ajuda a compreender esse período das manifestações que pipocaram no Brasil. O artigo analisa a trajetória discursiva dessas manifestações a partir da teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau. Céli Pinto divide a análise em três momentos peculiares e fundamentais sobre as manifestações de junho de 2013, as relacionadas com a Copa do Mundo de Futebol realizadas no Brasil em 2014 e as manifestações pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em março de 2015. A historiadora pretende demonstrar que ocorreu, nesses dois anos, um deslocamento discursivo em uma direção conservadora.

No primeiro momento, Céli Pinto concorda que há uma proximidade temporal com as manifestações que ocorreram na Espanha em 2011 e pontos convergentes como a forma espontânea como as manifestações se formaram e a participação da juventude nesses eventos empunhando cartazes com palavras de ordens contra políticos e governo. Mas as semelhanças acabam por aí, pois os dois países se encontravam em distintas situações econômicas, pois a *“grande parte dos espanhóis estava desempregada, [e] o Brasil vivia um*

momento de quase pleno emprego. A crise econômica que assolava a Espanha não havia chagado ao Brasil. Essa era a principal razão de os jovens terem saído às ruas naquele país” (SOLANO E ROCHA, 2019, p. 26). Céli Pinto caracteriza 2013 como uma manifestação da diversidade de pessoas que participaram e que levaram um discurso fragmentado como: “o *Movimento Passe Livre em São Paulo, próximo ao PT; os Black Blocs, com performances violentas de ação direta, autodenominando-se anarquistas; bancários e professores das redes estaduais, reivindicando melhores salários; jovens de classe média posicionando-se contra a corrupção, partidos políticos e o governo Dilma*”, além de grupos minoritários reivindicando a volta dos militares, médicos insatisfeitos com os programas de saúde do governo e outras pessoas com pautas distintas.

O resultado de pesquisas feitas pelo IBOPE⁶ no dia 20 de junho, em seis Estados e no Distrito Federal, mostra que 92% tinham o Ensino Médio completo ou estavam na universidade; 96% dos entrevistados não tinham nenhuma filiação à partidos e 86% não eram filiados a sindicatos, entidades de classe ou estudantis. A pesquisa então mostra que quem participou das manifestações naquela época eram jovens escolarizados e sem nenhuma prática ou experiência em partidos políticos ou associações.

Nas manifestações de 2013 não apareceram os militantes que protagonizaram as eleições de 1988, com participações nas ruas como foi a primeira eleição pós ditadura, em que Lula ficou em segundo lugar: os petistas. Para a historiadora, os doze anos de governo do PT deterioraram o discurso

⁶ <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. (Acesso em 27/08/2023)

desses militantes por causa das *“alianças que foram feitas para governar, pela frustração da ausência de políticas mais à esquerda e, não menos importante, pelos escândalos de corrupção que vieram a público a partir de 2005, conhecido como ‘mensalão’”* (SOLANO e ROCHA, 2019, p.33). Nas campanhas presidenciais de Lula, o Partido dos Trabalhadores conseguia associar grandes parcelas da sociedade em torno de suas pautas, porém esse discurso já tinha perdido muito da sua força. É nesse sentido que Céli Pinto chega à conclusão que a partir de 2014 as manifestações já produziam novos discursos a partir de uma construção que vinha das manifestações de 2013.

No segundo momento, o clima das manifestações nos primeiros meses de 2014 contra a copa do mundo de futebol, que iria ser realizada no Brasil, mobilizou tanto grupos de esquerda quanto de direita, segundo Céli Pinto, alimentados também por um clima que não empolgou nem os torcedores da seleção brasileira. Essa falta de empolgação se deve ao fato da carestia dos ingressos somado com a pouca credibilidade que a seleção passava. As manifestações não tinham grandes números de pessoas, mas a tentativa de estragar a festa foi sentida pelo governo. Os manifestantes atacavam o governo Dilma, denunciando os gastos para fazer a Copa do Mundo e a corrupção. Havia agora, para Céli Pinto, um discurso articulado que colocava o governo federal no meio de toda insatisfação. Ocorreram atos violentos, com quebra de vitrines de agências bancárias e embates contra a polícia. Os grupos justificaram a violência invertendo o discurso, defendendo que a verdadeira violência é o desemprego, a falta de educação e saúde para a população mais carente. Todos esses efeitos foram causados a partir de 2013 e *“isso não ocorre de um momento para o outro, foi-se gestando ao longo de 12 anos”* de

governo do Partido dos Trabalhadores (SOLANO e ROCHA, 2019, p. 38). Céli Pinto aponta três razões que colaboraram para criar esse clima.

Os três mandatos do PT, que desapontou a militância esperançosa por mudanças mais radicais, impedidas pelas alianças feitas com os conservadores, no intuito de uma *"governabilidade"*, foi a *"mais óbvia dessas razões"*, salienta Céli Pinto. A segunda razão foi o afastamento dos governos da sua base social. Enfim, a terceira razão foi *"o esgarçamento do discurso petista [a partir dos] escândalos de corrupção que vieram a público em 2005, popularmente chamados de 'mensalão'"* (SOLANO e ROCHA, 2019, p. 38). Esse é o contexto de um vácuo discursivo que leva a uma crise do discurso do PT como uma considerável razão da fragmentação discursiva desde 2013.

O terceiro momento das manifestações ocorreu após o segundo turno das eleições quando o discurso anti-Dilma tomou grandes proporções para a defesa, por parte da oposição, de um impeachment da presidenta da República recém eleita. Céli Pinto atesta que Dilma Rousseff *"venceu as eleições, mas não venceu o discurso"* (SOLANO E ROCHA, 2019, p. 45). Fato esse que a presidenta perdeu popularidade em apenas três meses do início de seu segundo mandato, quando tinha 42% de ótimo e bom na avaliação de seu governo, para 60% de péssimo 90 dias após. Neste sentido, Céli Pinto conclui que *"a novidade nas ruas de 2015 em relação a 2013 era um novo discurso articulado dando sentido à política"* (SOLANO E ROCHA, 2019, p. 51).

3. 2014: O avanço da extrema direita

“Direita” e “esquerda” são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas. (BOBBIO, 2011, p. 49)

Tomamos o conceito de Bobbio, sobre direita e esquerda, para introduzir o capítulo sem, contudo, entrar no mérito da discussão que Bobbio, - no livro *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política* -, retrata para mostrar que esses conceitos ainda perduram na pós-modernidade, mesmo que alguns teóricos no final do século XX desdenhem desses conceitos, afirmando que o correto seria chamar esses campos diversos em “*progressistas e conservadores*”. Mas Bobbio não abre mão dessas representações. Diz ele que os conceitos são termos antitéticos porque nenhum “*movimento é simultaneamente de direita e de esquerda*” e que uma doutrina ou é de direita ou de esquerda (BOBBIO, 2011, p. 49).

A tese de Bobbio pode ser perfeitamente percebível na política brasileira no século XXI. Os conceitos de direita e esquerda foram diuturnamente empregados nos discursos e argumentos para defender uma ideologia. Essas palavras podem ter sido esquecidas ou adormecidas após a queda do muro de Berlin, com o colapso do sistema comunista e como diz Bobbio:

(...) há quem se destaque sustentando que aquilo que desapareceu definitivamente foi a esquerda, e que o “fim da história” pode ser muito bem representado como o triunfo definitivo dos ideais até agora geralmente considerados característicos da direita (BOBBIO, 2011, p. 150).

Fica patente a crítica, provada factualmente, a Francis Fukuyama, com relação ao artigo deste cientista político e economista americano publicado em 1989 na revista *The National Interest*. Neste sentido, Bobbio argumenta que a distinção entre direita e esquerda não perdeu a sua razão de existir e, não obstante, propor essa discussão faz muito sentido. Segundo ele, há uma distinção contundente entre essas duas visões de mundo, pois o *“que caracteriza a esquerda perante a direita é o ideal, a inspiração ou a paixão que costumamos chamar de ‘ethos da igualdade’”* (BOBBIO, 2011, p. 150).

Para quem acompanha a política brasileira desde a sua redemocratização, poderia perceber certo *“tabu”* entre os políticos em se definirem como direita no campo ideológico. Principalmente após a queda do muro de Berlin em 1989, as divisões entre direita e esquerda, como dizia Boris Fausto, *“são relíquias empoeiradas do passado”* (ABRANCHES, 2019, p. 136) e que Adalberto Cardoso intitula de *“nova direita envergonhada”*, resquício, segundo ele, de uma herança maldita deixada pelos militares da ditadura militar (CARDOSO, 2020, p.76). Ele recorda que o candidato Paulo Maluf, um direitista convicto, se declarou na campanha de 1986 para o governo do estado de São Paulo como, *“de centro, um centro equilibrado e moderno”*. E as primeiras eleições da Nova República *“teriam revelado o eleitor direitista envergonhado, aquele que se recusava a se afirmar eleitor de Jânio Quadros ou de Paulo Maluf, com isso levando as pesquisas eleitorais a subestimar o voto nesses candidatos”* (CARDOSO, 2020, p.77).

Contudo, Fausto se questiona se o Brasil tomou o rumo da direita nesses últimos anos. O professor e cientista político enumera vários fatores

que, segundo ele, causaram uma polarização de opiniões e atitudes que alimentaram a fogueira do ódio, da intolerância e da guerra ideológica que permearam o campo político nesta última década no Brasil. Dentre esses fatores as questões morais e de costumes tiveram mais relevância, como a “*cisão social em torno das questões comportamentais*”; a “*corrupção que provocou a prisão de grandes empresários*” e políticos; “*o agravamento assustador da insegurança*” (ABRANCHES, p. 136); e poderemos somar com a guerra cultural e ideológica por tentar reescrever a história do Brasil. O filósofo Ruy Fausto vai resumir em três pontos que foram exaustivamente explorados pelo candidato Bolsonaro nas eleições de 2018: a) a corrupção, b) a violência e c) as questões de costumes (ABRANCHES, p. 152). O partido que tinha governado o país pelos últimos 12 anos, o PT, foi acusado de várias práticas de corrupção a partir de 2005 com o mensalão e mais tarde chamado petrolão, com a ajuda da operação lavajato, que depois se dissolve a partir de diálogos dos procurados e do juiz Sergio Moro, vazados por um hacker e divulgados pelo site Intercept Brasil⁷.

Para Camila Rocha e Esther Solano, foi a partir de 2006, com a reeleição de Lula, que a “*nova direita*” no Brasil se organizou a partir de fóruns de discussão na internet (AVRITZER, KERCH E MARONA, 2021, p. 21). Essa nova direita descobriu o campo imenso da internet na busca de um ambiente que pudessem protestar e dialogar sobre política, se organizando como uma oposição, pois não se sentiam representados pela oposição institucional ao governo do PT (AVRITZER, KERCH E MARONA, 2021, p. 22). Desses encontros:

⁷ <https://theintercept.com/brasil/staff/>. Acesso em 27/02/2023.

(...) surgiram novos grupos de estudo e atuação política nas universidades, organizações civis, ideias de novos partidos, movimentos sociais e lideranças intelectuais e políticas nos quais se destacou o papel desempenhado pelo escritor Olavo de Carvalho. (AVRITZER, KERCH E MARONA, 2021, p. 22)

Entretanto, foi em 2014, segundo Pinheiro-Machado (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 67), que a extrema direita teve um impulso decisivo com a eleição de representantes para a câmara e senado, como Celso Russomanno (PRB), Luiz Carlos Heinze (PP) e pastor Marcos Feliciano (PSC) que foram, em seus estados, os mais votados. Heinze destilou seu ódio ao proclamar que *“quilombolas, índios, gays e lésbicas são tudo o que não presta”* (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 67). Na análise da cientista social o caminho que a extrema direita estava trilhando já estava pavimentado e as jornadas de junho não tiveram essa relevância toda, como alguns apregoam. A extrema direita já tinha suas instituições, jornalistas e colunistas atuando e disseminando ideias e teses através do Instituto Mises e Millenium e o Fórum da Liberdade, uma realização antiga patrocinada pelo IEE (Instituto de Estudos Empresariais). O Empresário Jorge Gerdau, um dos investidores, define o fórum como *“uma oportunidade de um debate aberto de muitas ideias sobre o respeito ao indivíduo, à lei, à propriedade, aos direitos autorais. A grande vantagem do Fórum da Liberdade é que propõe soluções. Existem outros eventos, mas não apresentam propostas concretas”*⁸. Dentre os investidores, além da GERDAU, há nomes de peso como o Banco Itaú, o Grupo RBS, o Grupo RENNER e outros.

⁸ <https://www.forumdaliberdade.com.br>, acesso em 09/07/2022.

Esse evento, na ótica de Pinheiro-Machado, foi importante “*na consolidação de uma rede de empresários, políticos e intelectuais de direita e extrema-direita*” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 68). A professora conta que na semana do Fórum da Liberdade, a universidade liberava os alunos para participarem do evento e nele era distribuído de forma gratuita cópias da obra de Ludwig Von Mises, economista liberal austríaco, amparando um discurso muito comum de que nas universidades brasileiras havia uma doutrinação marxista e comunista. Temas que foram muito utilizadas na campanha de Bolsonaro. Outro fator importante foi o engajamento de intelectuais, - que eram liberais na economia e conservadores nos costumes -, e tinham espaços em importantes jornais e revistas desde 2000, crescendo ainda mais após a eleição de Lula em 2002 com textos que incentivavam o ódio ao petismo e dando voz para indivíduos que se identificavam com pensamentos de extrema-direita, sintetizado em 2018 no bolsonarismo.

Para Leonardo Avritzer, o bolsonarismo é o maior representante da extrema direita no Brasil derivando-se de grupos que já existiam, mas estavam no ostracismo até se encontrarem na figura de Bolsonaro. O primeiro deles “*um grupo de classe média, que ao lado de setores da mídia navegou nas águas do antipetismo*” (AVRITZER, 2020, p. 48). O segundo grupo Avritzer nomeia como “*tenentismo togado*” que é representado por procuradores, juízes e advogados e que procuraram se afastar do bolsonarismo já no primeiro ano de governo, culminando na saída do ex-juiz e Ministro de governo Sergio Moro em abril de 2020. Neste mesmo mês ocorreu o que se denomina pelos principais analistas como a maior crise do governo Jair Bolsonaro desde o início de seu mandato. O então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, chamou a

imprensa para fazer um pronunciamento em que acusou o Presidente de interferir na Polícia Federal, quando exonerou o diretor da PF Maurício Valeixo, indicado ao cargo por Moro e, nessa entrevista, anunciou seu pedido de demissão do cargo.

O terceiro grupo tem sua essência no conservadorismo moral e ideológico. Esse grupo dissemina um ceticismo científico extremado e tenta euforicamente ressuscitar o fantasma do comunismo, tanto usado no passado por Getúlio Vargas em 1937 e o *lacerdismo* da década de 60. Carlos Lacerda, crítico liberal da política brasileira, fora protagonista como grande inimigo de Getúlio Vargas e, segundo Jorge Chaloub, o liberalismo:

desempenhava na atuação política de Lacerda papel semelhante ao comunismo, no qual ele militou anos antes, ambos utilizados como instrumentos de combate ao poder, mesmo que esse combate, pela própria natureza de cada um dos ideários, se desse por formas diversas e partisse de lugares distintos da cena política. Para um adversário da ordem vigente, era necessário uma ideologia crítica, papel que o liberalismo desempenhava a perfeição naquele contexto (CHALOUB, 2018, p. 387).

Neste grupo, Olavo de Carvalho foi guru e mentor. Astrólogo e filósofo autodidata, Carvalho alimentou a verve do bolsonarismo com teorias da conspiração que ia desde a tese de que a bebida Pepsi seria feita com fetos abortados, até a alegação de que o vírus Covid19 seria uma invenção dos chineses para dominarem o mundo. Associa-se a esse círculo “*um neopentecostalismo televisivo baseado na teologia da prosperidade e em uma ideia de demonização da política*” (AVRITZER, 2020, p. 48).

Entretanto, Moura e Corbellini chamam a atenção para um fator importante que contribuiu para a ascensão da extrema direita no Brasil, a perda

do protagonismo do PSDB em 2018. Geraldo Alckmin obteve 41,6% dos votos válidos na eleição de 2006 contra Lula, que representavam 39,9 milhões de votos. Em 2010, José Serra obteve 43,95%, o equivalente a 43,7 milhões de votos e Aécio Neves, em 2014, logrou 48,36%, 51,04 milhões de votos (MOURA e COBERLLINI, 2019, p. 51). Podemos ver que o PSDB estava conseguindo, eleição a eleição, conquistar um número sempre maior de votos válidos. Moura e Corbellini demonstram que o Partido da Social Democracia Brasileira não conseguiu desfrutar da maior crise do partido que foi, desde 1994, seu maior rival. O resultado nas eleições de 2018 foi uma votação pífia do candidato a presidente do PSDB, Geraldo Alckmin, que obteve menos de 5% dos votos, cerca de 5,09 milhões de votos. Para Moura e Corbellini, neste momento o PSDB *“perde seu protagonismo como força justamente no momento de maior fragilidade de seu (histórico) adversário”* (MOURA e COBERLLINI, 2019, p. 51). E quem ficaria com o espólio do PSDB seria, segundo eles, a ideologia da extrema direita representada no bolsonarismo.

Adalberto Cardoso nos atenta para o fato de que a extrema direita, nas jornadas de junho de 2013, usou os mesmos meios que a esquerda sempre ostentou para se organizar e poder usufruir da esfera pública. Para ele, após um período de hibernação (CARDOSO, 2020, p. 79), a direita busca se apropriar dos símbolos nacionais e levantando a bandeira do anticomunismo, *“pela redução da maioria penal e contra as políticas voltadas para os direitos humanos”* (CARDOSO, 2020, p. 79); por leis bem mais rígidas contra o crime e contra o aborto. Na sua visão, a extrema direita não estava se renovando ao tomar as ruas, mas era a mesma direita hibernada, que reivindicava seu retorno ao circuito da política brasileira.

Uma reportagem da revista independente *Agência Pública* de junho de 2015, com o título *A nova roupa da direita*, escrito pela jornalista Marina Amaral, retrata não uma “nova direita” e sim uma direita repaginada com o apoio, segundo ela, de redes de *think tanks* conservadores dos EUA⁹. Nas eleições de 2014, segundo estudo do DIAP¹⁰, foi eleito o congresso mais conservador desde 1964, embora tivéssemos presenciado nas jornadas de junho 2013, movimentos populares reivindicando avanços nos direitos sociais e por uma renovação política contundente. Mas o resultado revelou-se em outra direção, ou seja, para a direita do espectro político.

Conforme o levantamento do DIAP, a maioria dos deputados eleitos eram conservadores. Para Antonio Augusto Queiroz, diretor do DIAP, a eleição de militares, religiosos, ruralistas e outras frações que se identificam com o conservadorismo, espelham uma nova conjuntura na câmara federal. Para ele, a campanha foi bombardeada de pautas morais (legalização do aborto, casamento gay, etc...) e essas pautas irão prevalecer nos debates do Congresso. A frente sindical reduziu de 83 para 46 parlamentares e com isso, temas que foram em pauta nos debates no primeiro turno da eleição presidencial como aborto, descriminalização das drogas e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, ficaram prejudicados a partir de 2015¹¹. Queiroz afirma com segurança que *“houve retrocesso em relação a essas pautas. Se no atual Congresso houve dificuldade para que elas prosperassem, no próximo, isso será muito mais ampliado. Houve uma redução de quem defendia*

⁹ Ver <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/> acesso em 13/02/2023.

¹⁰ <https://noticias.r7.com/eleicoes-2014/congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-diz-diap-06102014>. Acesso em 13/02/2023

¹¹ <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/10/06/marco-temporal-aborto-drogas-entenda-a-sequencia-de-atritos-que-ampliou-a-tensao-entre-stf-e-congresso.ghtml>. Acesso em: 15/10/2023.

essa pauta no Parlamento e praticamente dobrou [o número de] quem é contra". O levantamento do DIAP já previa o que assistimos pós eleição de 2018, ou seja, a bancada do BBB, - boi, bala, e bíblia – teria um aumento considerável.

Neste sentido, Camila Rocha investiga o que de fato haveria de novo na nova direita. Segundo certas análises, observa Rocha, *"foi um punhado de jovens e figuras saídas dos porões da política brasileira que,"* com a assessoria de intelectuais, empresários e profissionais liberais, *"defendiam ideias velhas com uma roupagem digital mais apropriada aos novos tempos"* (ROCHA, 2021, p. 17). Rocha pondera que é preciso uma compreensão mais aprofundada sobre essa direita contemporânea comparada com a direita da época da redemocratização que era moderada pelo pacto constitucional de 1988. Esse pacto estava cindido nas grandes coalizões políticas, chamado por Sergio Abranches na sua obra de 1988, como *presidencialismo de coalizão*. Esse novo modelo político, na ótica de Rocha, abriu espaço para uma dilatação de direitos até então sem vozes na sociedade como: direitos das mulheres, dos negros, indígenas e de diferentes gêneros (LGBTQIA+). Diante disso, alguns grupos, tanto à esquerda como à direita, se sentiram sem representação no campo público e procuraram meios alternativos para darem vazão às suas demandas. Para Rocha:

a direita reivindicava o fim do pacto de 1988, pois "a abertura política do país fez com que diversos atores de direita que possuíam um grau importante de interlocução com o regime militar perdessem a influência política e social que possuíam durante a ditadura" (ROCHA, 2011, p. 18).

Da mesma forma que Adalberto Cardoso intitula de “*nova direita envergonhada*”, sendo o resquício de uma herança maldita deixada pelo militares da ditadura militar (CARDOSO, 2020, p.76). Rocha evidencia que havia um desconforto ao se dizer de direita, pelo medo de ficar marcado pelo regime, e a partir dessa fobia, pessoas de direita ressignificam, segundo ela, o termo para “*centro*”. Essa vergonha começou a perder o sentido a partir do auge da popularidade de Lula e do Orkut, predecessor do Facebook, por volta dos anos de 2006 e 2011, argumenta Rocha. Essa forma de comunicação ganhou força e abriu um caminho para a direita, que pouco era ouvida na esfera pública, construir novos debates e discussões políticas e sociais no universo da direita, angariando novos seguidores e admiradores.

Corroborando com Rocha, Luciana Tatagiba analisa a abertura política e o processo constituinte pós 1988 como fundamentais para a internacionalização dos movimentos sociais que fomentaram a reconstrução das instituições democráticas e que também fomentaram “*uma estratégia voltada a ampliar o espaço de participação popular nas políticas públicas*” (ALVRITZER e outros, 2021, p. 446), que foi bem-sucedido na edificação de uma arquitetura participativa importante para agregar setores dispersos e sem espaço nos acontecimentos políticos brasileiros. Por isso, a extrema direita polariza a política forçando “*um deslocamento na direção da desdemocratização*” (ALVRITZER e outros, 2021, p. 441) insuflando ameaças aos movimentos sociais, buscando o confronto violento. Para Tatagiba, o governo Bolsonaro, de extrema direita, impactou o padrão do confronto político no Brasil.

Entretanto, o fato de a extrema direita ter tido êxitos no Brasil não é um fato isolado. Essa ideologia já vem crescendo no mundo todo e é preciso entender que esse crescimento já produziu resultados perigosos, afirma o pesquisador e escritor Joe Mulhall (MULHALL, 2022, p. 10). No seu ponto de vista, uma das contribuições mais desastrosas da extrema direita internacional foi a forma como ela prejudicou a luta internacional contra a mudança climática (Ibidem, p. 11).

Joe Mulhall é um especialista em grupos de extrema direita do Reino Unido e pesquisador sênior da *HOPE not hate* (HNH), uma organização antifascismo e antirracismo do Reino Unido. Para fazer a sua pesquisa ele teria se infiltrado em grupos da Ku Klux Klan, neonazistas e grupo supremacista branco. No seu trabalho, que tem como objetivo compreender e combater a ascensão da extrema direita internacional, o pesquisador estudou os Estados Unidos de Donald Trump e o Brasil de Bolsonaro, como também o crescimento do Estado Islâmico. Mulhall analisa as semelhanças entre Trump e Bolsonaro, como por exemplo, a tentativa de prejudicar os esforços em conter o vírus da covid-19 no país. Segundo Mulhall, a extrema direita, que tem em suas veias as teorias conspiratórias, se aproveitou da pandemia para divulgar que “*a China projetou o vírus como uma arma biológica, e que Bill Gates está tentando implantar microchips nas pessoas por meio de uma vacina e que a internet 5G deve ser culpada de alguma forma*” (MULHALL, 2022, p. 239).

Nos seus estudos sobre o Brasil na eleição de 2018, Mulhall ficou pasmado com declarações do candidato à presidência, Jair Bolsonaro, e com seu slogan de campanha:

Em 2018, assisti aterrorizado a Jair Bolsonaro se tornar presidente com o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Isso me lembrou o tradicional slogan da extrema direita britânica, “Grã-Bretanha em primeiro lugar, ou os coros de “Estados Unidos em primeiro lugar” que eu ouvira nos comícios de Trump em Ohio, em 2016 (MULHALL, 2022, p. 240).

Não apenas Mulhall reconhece a semelhança entre Trump e Bolsonaro (MULHALL, 2022, p. 241), mas a maioria dos trabalhos que analisamos também disserta sobre essas semelhanças (ABRANCHES, 2019, p. 17); (PINHEIRO-MACHADO, 2019, 93); (MOURA e CORBELLINI, 2019, p. 135); (OYAMA, 2020, p. 155); (IBRAHIM, 2021, p. 221). Segundo ele, a vitória de Bolsonaro, ao cair sob o feitiço de xenófobos nacionalistas (MULHALL, 2022, p. 240), representa a união do Brasil aos Estados Unidos, à Índia e a parcelas da Europa central, tornando o Brasil ator central do crescimento da extrema direita no mundo. Ao se tornar vitorioso, Bolsonaro, que foi chamado pela imprensa internacional de “*Trump dos trópicos*”, recebeu primeiramente os parabéns do presidente Trump. Entretanto Mulhall pondera:

(...) embora a mídia esteja certa em traçar paralelos entre os dois líderes de extrema direita, e posicionar sua vitória no contexto de uma tendência mais ampla de sucesso eleitoral da direita mais radical e extremista do mundo todo, de muitas formas, Bolsonaro está numa ordem de magnitude diferente da do seu aliado americano” (MULHALL, 2022, p. 241).

Mulhall entende que os discursos homofóbicos, misóginos e racistas de Bolsonaro são um perigo para a democracia brasileira e seu povo. Soma-se a isso suas crenças antidemocráticas e pró-ditatoriais, insufladas por manifestações contra o STF e principalmente contra o TSE, na figura do seu atual presidente Alexandre de Moraes. Mulhall chama a atenção para o que

poderia vir de um governo de extrema direita eleito em um mundo globalizado. Ele considera que *“Vitória num lugar estimula vitória em outro e cria uma sensação de mudança histórica que se torna autorrealizante. Políticas promulgadas por governos de extrema direita também podem ter efeitos dramáticos fora do próprio país”* (MULHALL, 2022, p. 247). Neste sentido, a vitória de Trump, segundo ele, é um bom exemplo bem como o caso da Polônia e da Hungria. Mulhall acredita que cada eleição vitoriosa desse grupo ideológico concorre para a normalização da nefasta política de extrema direita assimilada pelo corpo social global.

Na visão de Wendy Brown, esse movimento realmente ocorreu no mundo todo, ou seja, forças da extrema direita ganharam poderio nas democracias liberais e, segundo ela, a cada eleição temos um abalo:

Neonazistas no parlamento alemão, neofacistas no italiano, o Brexit conduzido pela xenofobia alimentada por tablóides, ascensão do nacionalismo branco na Escandinávia, regimes autoritários tomando forma na Turquia e no Leste Europeu e, é claro, o trumpismo (BROWN, 2019, p. 9).

Brown converge com a tese de uma extrema direita envergonhada, que estava nas sombras após anos e emergiu após vitórias políticas e que deram mais coragem a esse movimento. Brown destaca que a extrema direita está ligada umbilicalmente ao neoliberalismo e que possuem os elementos do *“favorecimento do capital, repressão ao trabalho, demonização do Estado Social e do político e ataque às igualdades”* (BROWN, 2019, p. 10). Sua forma de expressão é bem peculiar, como nos mostram seus slogans de campanha:

‘Make America great again’ [Faça a América grande de novo] (Trump). ‘A França para os franceses’ (Le pen e

a frente Nacional), 'Take back control' [Recupere o controle] (Brexit), 'Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha' (Alternativa para Alemanha), 'Polônia pura, Polônia branca' (Partido Polonês da Lei e da Justiça), 'Mantenha a Suécia sueca' (Democratas Suecos) (BROWN, 2019, p 14).

Neste sentido, Levitsky e Ziblatt (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018) procuram mostrar que nem todas as democracias morrem com um golpe militar, na forma de blindados e soldados armados nas ruas e seus generais nos gabinetes do governo. O que eles querem expor é que os regimes democráticos tradicionais e consolidados, na era moderna, são enfraquecidos de modo “*legal*”, ou seja, pelos líderes eleitos que subvertem o processo que os levou ao poder.

Os líderes autoritários não necessitam mais de uma guerra civil ou conflito armado para chegar ao poder. Eles se valem das instituições da própria democracia para, de forma sutil, gradual e usando leis, assassinar a democracia e se perpetuar no poder. Para Levitsky e Ziblatt, havia um presidente eleito nos EUA que a sua sujeição às normas democráticas é duvidosa. Donald Trump foi eleito em 2016 pela insatisfação das pessoas e também, afirmam os autores, pelo fracasso do Partido Republicano que não conseguiu impedir que um *outsider* e demagogo extremista fosse indicado pelo partido para concorrer às eleições americanas. Levitsky e Ziblatt analisam casos em que *outsiders*, como Mussolini e Hitler, que usavam discursos ultranacionalistas com tendências autoritárias, convenciam boa parte do eleitorado que estava descontente com a situação econômica e política de seus países.

Demagogos em potência existem em todas as democracias. Porém, em algumas democracias alguns líderes conseguem enxergar de longe um autoritário e demagogo e procuram, dentro do partido, evitar que essas pessoas possam ficar nos centros de poder, isolando-os e derrotando-os. Mas como identificar um autoritário? Levitsky e Ziblatt usam uma tabela com quatro sinais de alerta, baseados no trabalho do cientista político Juan Linz, que podem ajudar a reconhecer um autoritário. O estudo mostra que se reconhece um autoritário quando: 1) rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; 2) negam a legitimidade de oponentes; 3) toleram e encorajam a violência; e 4) dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia.

Os autores dão exemplos na América Latina, quando populistas ganham o poder e investem contra as instituições democráticas como: Alberto Fujimori, Hugo Chaves, Evo Morales, Lúcio Gutierrez e Rafael Correa que, segundo eles, enfraqueceram as instituições democráticas. Precisamos destacar que os argumentos que os autores usam para incluir Hugo Chaves, Evo Morales e Rafael Correa como antidemocráticos, deveriam também incluir o governo da Colômbia, pois é considerado entre os campeões mundiais de mortes de defensores dos direitos humanos. Entretanto, eles afirmam que para evitar que esses autoritários possam um dia chegar ao poder, os partidos é que são os responsáveis de separar o joio do trigo e que isso está nas mãos dos líderes partidários, que eles chamam de guardiões da democracia.

No capítulo 2 do livro - Guardiões da América, Levitsky e Ziblatt descrevem que políticos demagogos extremistas não só competiram nesses últimos anos para serem indicados. Antes de 2016, vários políticos desta

natureza se fizeram presentes nos partidos. Eles mostram um dado de que nos anos 1930 havia mais de oitocentos grupos extremistas nos EUA. A tendência autoritária nos EUA teria persistido após a Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, os autores destacam que a proteção contra autoritários não foi o firme comprometimento do povo com a democracia, mas pelos guardiões da democracia que seriam os partidos políticos. Os partidos teriam se tornado os administradores da democracia norte-americana. Porém, a partir de 1972, com o sistema de primárias presidenciais vinculantes, os delegados das convenções democrata e republicana, seriam eleitos em primárias e assembleias no âmbito estadual e seriam pré-selecionados pelos próprios candidatos para garantir sua lealdade. Ambos os partidos afrouxaram o controle de seus líderes sobre o processo de seleção de candidatos abrindo-o para os eleitores, ou seja, o caminho para a indicação não tinha mais que passar pelo *establishment* do partido e, desta forma, os guardiões podiam ser contornados e derrotados. As indicações agora estavam nas mãos dos eleitores e as primárias vinculantes enfraqueceram a função dos partidos como guardiões da democracia, abrindo as portas para *outsiders*. Notemos que para os autores, os eleitores são um empecilho à democracia, pois suas escolhas enfraquecem os guardiões da democracia, ou seja, enfraquecem a instituição partido político. Neste ponto fica evidente que a classe trabalhadora nada mais é que um coadjuvante no livro.

Desta forma, o caminho estava pavimentado para indivíduos que nunca exerceram mandato eletivo. Em 2015, após Trump anunciar sua candidatura, todos os apostadores davam a ele uma chance em cem de ganhar a indicação de seu partido. Levitsky e Ziblatt destacam a importância da mídia alternativa e

redes sociais em dar ênfase às celebridades, diminuindo o poder dos guardiões tradicionais. Para os autores, o sucesso político de D. Trump se deve à falha da guarda dos portões do partido republicano, nas primárias e na eleição geral.

Levitsky e Ziblatt comparam Trump com os quatro critérios criados por Juan Linz para identificar um autoritário. Segundo eles, com exceção de Richard Nixon, nenhum candidato democrata ou republicano preencheu sequer um desses quatro critérios. Nenhum candidato presidencial na história moderna dos EUA demonstrou compromisso público tão frágil como Trump. Os critérios deveriam ter sido como uma alerta, analisa os autores, mas o partido permitiu que um homem desqualificado para o cargo concorresse como candidato de um partido de expressão.

O Perigo de um *outsider* autoritário chegar ao poder é a ameaça à democracia, pois ele considera a política democrática como insuportavelmente frustrante e os freios e contrapesos são entraves para governar. Levitsky e Ziblatt dão o exemplo de Fujimori que em 5 de abril de 1992, dissolveu o congresso e a Constituição, menos de dois anos de sua eleição.

Os norte-americanos tinham uma grande fé na Constituição do país e embora a visão de que o país seria um farol de esperança e possibilidade para o mundo, a fé na Constituição ainda é muito forte. Os autores perguntam: “*são as salvaguardas constitucionais em si mesmas suficientes para garantir a democracia?*” Eles mesmos respondem que não. Os autores apresentam alguns exemplos em países que se basearam na constituição norte-americana para fazer as suas, como a da Argentina, Brasil, Filipinas que têm uma constituição bem projetada, embora não sejam capazes de garantir a democracia. No livro, Levitsky e Ziblatt defendem que além das regras escritas

e árbitros, a constituição é fortalecida pelas regras não escritas e essas regras ou normas servem como grades flexíveis, como uma proteção da democracia que possa impedir um vale tudo na política. As regras não escritas fazem parte da política norte-americana e para durar é necessário, segundo os autores, duas normas fundamentais para o funcionamento de uma democracia que são: tolerância mútua e reserva institucional.

A necessidade da tolerância mútua no jogo político se dá enquanto os rivais atuarem dentro das regras institucionais e a convivência se fia no respeito ao oponente como agente do bem-estar da nação. Quando as normas e tolerância mútua são frágeis, é muito difícil amparar a democracia. A segunda regra é o que Levitsky e Ziblatt chamam de reserva institucional. A reserva institucional pode ser compreendida como o ato de evitar ações que transgridam o seu espírito, mesmo que as leis sejam respeitadas. Quando as normas são robustas, políticos não usam suas prerrogativas institucionais até o limite, mesmo que tenham o direito legal de fazê-lo, pois tal ação pode pôr em perigo o sistema existente.

A tolerância mútua e a reserva institucional, para os autores, têm uma relação estreita e a erosão delas desemboca na política sem grades de proteção. A ruptura das regras não escritas leva a um cenário político agressivo ao ponto de travar os atos do governo e projetos de políticos adversários. Isso leva ao que Levitsky e Ziblatt denominam de *“jogo duro constitucional”*. No mandato de Bill Clinton, os republicanos começaram a fazer o jogo duro, o que levou a batalhas no Congresso onde os republicanos tentavam barrar os planos do governo. Em 1998, como bom exemplo, foi o pedido de impeachment do presidente Clinton.

O sistema de freios e contrapesos dos Estados Unidos no século XX teve êxito devido as normas de tolerância e reserva mútua serem fortes. Embora os norte-americanos não tenham sempre experimentado tempos de fidalguias na política, as instituições democráticas foram desafiadas várias vezes neste século, mas cada desafio foi contido. Para os autores, as grades de proteção só conseguiram suportar o peso, porque os políticos dos partidos mais fortes dos EUA repudiaram violações que ameaçavam a democracia.

Mas como explicar que um *outsider* com poucos amigos na política logrou ludibriar os freios impostos pelo sistema do partido republicano e se tornar o candidato à presidência da república? Levitsky e Ziblatt descrevem que o processo de erosão das normas começou décadas atrás, muito antes de Trump cogitar sua candidatura. Os democratas se dividiram, em 1968, no apoio à política externa de Lyndon Johnson que intensifica a guerra no Vietnã e do outro lado os defensores contra a guerra. Foi a partir dessa época que os partidos adotaram um sistema de primárias vinculantes, tirando o controle da indicação dos candidatos à presidência dos líderes dos partidos e isso, segundo os autores, foi importante para a entrada de *outsiders* na política. Donald Trump ganha as eleições e a democracia está em risco e Levitsky e Ziblatt analisam três possíveis resultados: 1- rápida recuperação democrática pelo fracasso de Trump, ou perde apoio político e não é reeleito. É uma perspectiva otimista; 2- Trump e os republicanos continuam a vencer com um apelo nacionalista branco. Neste cenário haveria uma grande resistência de grupos minoritários levando a conflitos violentos; 3- o terceiro resultado possível será marcado por polarizações que levaria a um distanciamento maior

das normas do jogo político que, para os autores, seria uma democracia sem grades de proteção. Este cenário para Levitsky e Ziblatt seria o mais provável.

Para enfrentar uma realidade como esta, muitos estudiosos e políticos defendem a resistência e a luta contra um governo autoritário em um regime democrático, mesmo que isso seja paradoxal. Entretanto, Levitsky e Ziblatt não concordam com essa visão. Para eles, esse tipo de enfrentamento beneficiaria o jogo dos autoritários, que se aproveitarão dessa polarização para justificar repressões e ataques às instituições. A intensa busca e defesa das normas de tolerância mútua e reserva institucional seria o caminho a ser trilhado para defender a democracia e fazer valer o sistema de freios e contrapesos.

4. O partido da Lava Jato

A operação da Polícia Federal denominada “*Lava Jato*”, originou-se do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis no intuito de gerir recursos ilícitos por organizações criminosas, que teve início em 2014 para combater a corrupção e lavagem de dinheiro. Toda a investigação era centralizada pela Justiça Federal de Curitiba. Essa operação foi considerada uma das maiores no combate à corrupção e lavagem de dinheiro do que se conhecia no Brasil. O grande esquema estava no pagamento de propina pelas empreiteiras aos altos executivos da estatal Petrobras, para burlar a concorrência nos processos de licitações de obras e equipamentos.

Essa operação teve grande repercussão, pois o tema corrupção passou a ser primordial na política brasileira devido aos desdobramentos que se iniciaram em 2014. Partidos como PT, MDB e PSDB foram alvos e tiveram vários líderes e dirigentes presos e investigados. O ex-presidente Lula estava na prioridade desta operação como foi desvelada anos após com o vazamento de conversas do telegram entre procuradores federais.

A imagem desses partidos estava debilitada e isso iria ficar muito visível na eleição para presidente em 2018. Jairo Nicolau enumera vários fatores que contribuíram para a vitória de Bolsonaro, que surfava nesta onda anti-corrupção e no sentimento da antipolítica. Para ele quatro fatores foram importantes para tornar Bolsonaro o político alternativo de 2018: 1- Parte da elite política brasileira foi investigada e presa pela operação Lava Jato; 2- A rejeição aos partidos tradicionais estava alta; 3- Havia um sentimento que gerava a necessidade de encontrar um político outsider, que não estivesse

implicado nessas denúncias e que manifestasse um rompimento com a política tradicional; 4- Bolsonaro se apresentava como esse político, embora estivesse na câmara federal desde 1992 e fosse um político sem nenhuma expressão (NICOLAU, 2020, p. 46) e, diante desses fatos, a operação Lava Jato contribuiu para alavancar a candidatura de Jair Bolsonaro.

A maioria dos autores estudados entende que a operação Lava Jato teve papel preponderante na vida política brasileira entre 2014 e 2018 (ABRANCHES, 2019, p. 81, 315; CARDOSO, 2020, p. 173; (MOURA e CORBELLINI, 2019, p. 103; NICOLAU, 2020, p. 46; SOUZA, 2017, p. 219; IBRAHIM, 2021, p.91). Houve uma adesão incondicional por parte da mídia e de muitos políticos, inclusive pelo candidato à presidência pelo PSDB, Aécio Neves. Segundo Moura e Corbelline, a adesão da agenda do impeachment e da Lava Jato por Aécio logo o “engoliria” com a “divulgação de áudios em que Aécio Neves pede dinheiro a executivos da JBS” (MOURA e COBERLLINE, 2019, p. 52), fazendo do seu partido e de sua história como político um castelo de cartas ao vento. Na opinião de Moura e Corbelline, o impeachment de Dilma fez muito mal ao PSDB. Resultado é que Aécio, o principal político da legenda, só teve coragem de concorrer para deputado federal nas eleições de 2018, provavelmente com receio de ficar sem foro privilegiado.

Para Limongi, o PSDB radicalizou (LIMONGI, 2023) e cruzou o Rubicão, ao contestar o resultado das eleições apostando na valentia dos movimentos que levaram muitas pessoas às ruas na reta final da campanha eleitoral. Segundo Limongi:

À medida que a Lava Jato ganhou tração, as urnas e a intervenção militar foram esquecidas. A corrupção e seu uso eleitoral deram nova bandeira aos protestos. Dilma só havia derrotado Aécio por ter se valido dos recursos

desviados da Petrobras. Sempre pronto para conferir legitimidade jurídica às demandas da direita, o advogado Ives Gandra Martins elaborou um pedido de impeachment da presidente. O crime cometido: ter participado da autorização da compra de Pasadena (LIMONGI, 2023, p. 71-72).

O PSDB depois da derrota em 2014 mudou seu discurso. O partido tinha uma oposição programática com relação ao PT, porém, entrou em uma seara que não conhecia e flertou com o “*partido da Lava Jato*”, começando a fazer uma “*oposição de estilo udenista*” (MOURA e COBERLLINE, 2019, p. 52). A partir disso, enfatizam Moura e Corbelline, a polarização entre PT e PSDB que vinha desde 1994 chegou ao fim, resultado de uma desestruturação do sistema político referência, embalado por esses partidos, abrindo caminho para uma nova polarização que seria entre o “*lulismo e o que chamamos aqui de “partido da Lava Jato”*” (MOURA e COBERLLINE, 2019, p. 63).

Nos anos entre 2015 e 2018, a lava jato desfrutou do tema corrupção. Esse tema passou a ser o principal para boa parte dos eleitores brasileiros após as operações da Lava Jato. Jairo Nicolau apresenta um gráfico em que mostra, a partir da escolaridade do eleitor, a principal preocupação antes das eleições de 2018. Desemprego e a saúde são temas importantes para os eleitores com escolaridade de ensino fundamental, porém os de escolaridade superior têm a corrupção como o problema mais importante. Nicolau analisa também a relação das respostas com o voto para presidente da república e conclui que “*em todas as faixas educacionais, os eleitores que consideram a corrupção como o principal problema votaram expressivamente em Bolsonaro*” (NICOLAU, 2020, p.48). Já Esther Solano, a partir de suas entrevistas da época, evidencia que o voto em Bolsonaro tinha como legitimação ele ser um

“outsider”, alguém diferente, um antissistema que iria enfrentar um ambiente político totalmente corrompido. A honestidade de Bolsonaro era o antídoto para a corrupção que a Lava Jato tinha desvelado e ele iria “limpar” o Brasil e “o conceito ‘limpar’ aparece [nas entrevistas] muito mais do que o conceito ‘fazer justiça’” (ABRANCHES, 2019, p. 314).

Solano constata que surge muito marcadamente em suas entrevistas a defesa da meritocracia e do hiperindividualismo, como uma “*lógica do coletivismo em prol do esforço individual*” (ABRANCHES, 2019, p. 315). O menosprezo pela política e pelos políticos, que estão ligados a todos os tipos de corrupção, leva inevitavelmente à ideia de negação da política sintetizada, segundo ela, na operação Lava Jato. Os entrevistados, em sua maioria, são apoiadores da operação e tem o Juiz Sergio Moro como herói, salvador, e que vai limpar o Brasil dos políticos corruptos. No ponto de vista de Solano, a operação Lava Jato usou o processo penal como espetáculo e o juiz assumindo “*uma figura militante e as operações contra a corrupção como forma de criminalização teatralizada da política*” (ABRANCHES, 2019, p. 314), levando à ideia de que o “*fazer política*” ser visto como abjeto, asqueroso, torpe e que a política deveria ser negada e combatida.

Marcos Nobre desenvolve uma tese para o período de crise profunda do *pemedebismo*¹², como um momento da política que se formou a partir de uma oposição extra-institucional, que tinha uma grande força política e capacidade de mobilização. Nobre defende que esse período (2015-20) foi de uma perda “*de controle da política pelo sistema político*” (NOBRE, 2022, p. 130). Porém,

¹² Pemedebismo é um modo de operar, segundo Marcos Nobre, que a ciência política brasileira convencionou chamar de presidencialismo de coalizão. O termo que ele cria é em referência ao PMDB, partido que durante pelo menos três décadas comandou a venda de apoio parlamentar aos diversos governos. Hoje se chama MDB (NOBRE, 2022, p. 10)

neste sentido, a professora Céli Pinto sublinha que a partir de 2014 o discurso do PT, que ocupava o espaço desde 2002, estava em crise e isso “*foi o caldo de cultura que propiciou a liderança difusa de grupos nas redes sociais, que começaram a articular um novo discurso conservador com apelo popular*” (SOLANO e ROCHA, 2019, p. 42). Ou seja, para ela a perda do discurso motiva a perda política. Entretanto, Nobre quer mostrar que essa perda política pelo sistema político vigente, foi importante para “*abrir uma janela*” que favoreceu Jair Bolsonaro em 2018. Ele ainda enfatiza que toda uma conjunção de fatores específicos desse período, não significa dizer que Bolsonaro mereceu vencer as eleições por um mero “*acidente*” político. Segundo ele, naquele momento não apareceu uma força política, alternativa, capaz de mobilizar a sociedade. O que fica claro é que o *pemedebismo* estava muito vulnerável e apático com as manifestações de 2013. O sistema político estava atordoado, perdido e sem entender como recuperar a perda do controle da política. A partir daí, segundo Nobre, “*essas novas forças se tornaram antiestablishment, antissistema*” (NOBRE, 2022, p. 130).

Neste sentido, o ambiente antes da eleição de 2018 estava pavimentado com o antipetismo, que era consequência da narrativa da antipolítica e antissistema. O PT com seu líder maior Lula, depois de três eleições perdidas, em 2002 conseguiu seu maior feito que foi chegar à presidência da república. Lula fez um governo voltado para os mais pobres, cumprindo sua principal promessa que era tirar o maior número de brasileiros da extrema pobreza e conseguiu. No Governo que o sucedera, de Dilma Rousseff, o Brasil saiu oficialmente do mapa da fome em 2014, segundo o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Alimentação e Agricultura (FAO). Lula era

visto como um político carismático, que tinha uma origem pobre e que fez um governo para os mais necessitados. Moura e Corbellini retratam o lulismo “como um fenômeno que conjuga um líder altamente popular e uma narrativa histórica estruturada sobre o país”, e por isso ele é identificado, pelos mais pobres, como um político que se voltou para as pautas desses mais pobres (MOURA e CORBELLINI, 2019, p. 54). Lula é percebido como um político que se identifica com essa massa desamparada, pois teve sua origem em um nordeste castigado pela seca e pela fome, onde sua família foi obrigada a migrar para o sudeste do país em busca de uma condição de vida melhor. Lula foi presidente entre 2003 e 2010 e saiu no final de seu mandato com um índice de aprovação de 87%. Com programas de governo voltados prioritariamente para os mais pobres, como Bolsa Família, Minha Casa, Minha vida e Prouni, a “*gratidão*” estava sempre ostentada nas palavras dos entrevistados em vários estudos qualitativos do IDEIA Big data (MOURA e CORBELLINI, 2019, pg. 55).

O Partido da Lava Jato usufruiu do antipetismo que, segundo Jessé Souza, teve peso importante nas jornadas de Junho. As classes médias foram protagonistas nessas manifestações contra a corrupção, porém, contra a corrupção apenas do PT, já que quando a corrupção de outros partidos foi notícia na imprensa, essa classe média não teria se revoltado (SOUZA, 2017, p. 67). Souza indaga sobre esse “*ódio*” tão feroz dessas classes contra o PT e ele mesmo responde: “*foi o ódio devotado ao único partido que diminuiu as distâncias sociais entre as classes no Brasil moderno*” (Idem, p. 67). Nas palavras de Guilherme Casarões, “*O antipetismo, sem dúvida nenhuma, virou algo quase transcendental do Brasil*” (IBRAHIM, 2021, p. 160). O jornalista César Calejon Ibrahim ressalta a importância da mídia brasileira na construção

deste antipetismo, que um dia viria a ser usado pela Lava Jato como munição para prender o ex Presidente Lula.

Para o jornalista, a Rede Globo foi imprescindível como agente que alimentava a antipatia contra o PT entre os anos de 2005 e 2018. Outros veículos também usaram seu tempo para construir narrativas, mas a Globo, segundo ele, tinha (e tem) uma força bem mais eficiente, no sentido de induzir sentimentos na população e que teve a partir de 2013, uma investida mais forte e eficaz a partir, principalmente, do seu telejornal da noite. Pesquisadores da UERJ, da UFMG e da PUC Minas, elaboraram estudos sobre notícias a favor e contra o ex-presidente Lula e destacamos o estudo de João Feres Júnior, do IESP-UERJ, que certifica, entre 2015 e 2016, uma enxurrada de ataques contra o ex presidente (IBRAHIM, 2021, p. 162). O pesquisador elabora uma ferramenta que ficou conhecida como *Manchetômetro*, ferramenta essa que monitorava mensalmente a cobertura da mídia impressa e televisiva. A partir de análises das reportagens sobre Lula e o PT, pelos veículos da imprensa *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *O GLOBO*, *Valor Econômico* e o telejornal apresentado pela *TV Globo*, no período entre 2015 e 2019, “para cada notícia favorável a Lula, houve, em média, 44,4 notícias desfavoráveis. No caso do PT, cada notícia favorável teve como contraponto 18,4 desfavoráveis. Lula recebeu, em média, 120 notícias desfavoráveis por mês (média de 4 por dia), e apenas 2,72 favoráveis (ou 0,09 por dia). O PT recebeu 96 notícias desfavoráveis por mês (3,2 por dia em média), e apenas 5,2 favoráveis (0,17 por dia)” (CARDOSO, 2020, p. 85).

O projeto deste pesquisador foi usado como argumento em defesa do ex-presidente Lula em 2016, junto à Comissão Internacional de Direitos

Humanos da ONU e este levantamento corroborou que “entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, foram ao ar no JN praticamente treze horas de notícias negativas” contra o ex-presidente Lula e “nem um único segundo de notícias com viés positivo” (CARDOSO, 2020, pg. 163). Além disso, segundo esse mesmo estudo, ficou evidenciado que a parcialidade do Jornal Nacional da TV Globo fica clara pela falta do contraditório dispensada ao ex-presidente ou de sua acessoria e advogados, em mais da metade de suas reportagens. Ibrahim lembra que em 2016, data do impedimento da presidenta Dilma Rousseff do PT, a Veja, revista do Grupo Abril que tinha uma grande influência na opinião pública brasileira, “publicou 48 capas que, de alguma maneira (direta ou indiretamente), caracterizavam o ex-presidente Lula como o chefe de uma quadrilha criminosa (PT) que assaltou o Brasil”, tendo como a solução para o problema da corrupção o Juiz Sergio Moro, que comandava a operação Lava Jato (IBRAHIM, 2021, p. 171). Além disso, no ano pré-eleitoral de 2017, essa revista fez 28 capas expondo essa mesma narrativa.

No dia 20 de setembro de 2016, o então juiz da 13ª Vara Criminal de Curitiba, Sérgio Moro, decidiu aceitar a denúncia do MPF contra Lula no “caso triplex”. Desta forma estava sendo construído o caminho para que o juiz Sergio Moro, responsável pela Lava Jato, julgasse os processos que tramitavam na sua vara contra o ex-presidente Lula.

O Ministério Público acusou o ex-presidente por receber propina da empresa OAS de R\$ 2,2 milhões através da aquisição de um apartamento triplex no Guarujá, em São Paulo. Mesmo que esse apartamento nunca tivesse sido transferido para o nome do ex-presidente, o Ministério Público levantava a

hipótese de que o apartamento teria sido “reservado” para ele, e isso supostamente configuraria ocultação de patrimônio.

No dia 12 de julho de 2017, o juiz Sergio Moro condenou o ex-presidente Lula a 9 anos e 6 meses de prisão pelos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção passiva, alusiva ao processo do triplex. O TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), em 24 de janeiro de 2018, analisou a apelação da defesa do ex-presidente, porém aumentou a pena inicial para 12 anos e um mês de prisão. A defesa, neste momento, apelou para o STF. No dia 04 de abril daquele ano, depois de 11 horas de sessão, o STF negou o habeas Corpus ao ex-presidente por 6 votos a 5. No dia após o julgamento, o juiz Sergio Moro decretou a prisão do ex-presidente Lula. Depois de várias manifestações em defesa de Lula no sindicato em São Bernardo do Campo, o ex-presidente se entregou a Polícia Federal, que o levou no dia 07 de abril à sua sede de Curitiba no Paraná, para cumprir sua pena.

A defesa enfrentaria uma tarefa hercúlea neste episódio. O advogado de Lula, Cristiano Zanin, em entrevista à *teleSur* publicada no site Brasil de Fato, afirmou com muita convicção que o ex-presidente Lula era vítima da guerra política e as acusações que ele sofria eram “*acusações sem materialidade que tem como objetivo tirar o ex-presidente da vida política*”¹³. Adianta ainda que o ex-presidente fora vítima do chamado *lawfare*, “*um abuso e mau uso das leis para fins de perseguição política*”, com o objetivo de impedir sua candidatura à presidência em 2018. Segundo o advogado, a acusação não fez qualquer prova de culpa do ex-presidente Lula. A sentença condenatória, assim como a confirmação dela pelo segundo grau deu-se fundamentalmente com base em

¹³ <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/10/lula-e-vitima-da-guerra-politica-afirma-cristiano-zanin>. (Acesso em 20/08/2023)

um depoimento de um corréu, ou seja, um depoimento prestado sem o compromisso com a verdade, e por uma pessoa claramente interessada em obter benefícios do Ministério Público. Por outro lado, nós fizemos a prova durante diversas audiências, após as oitivas de 73 testemunhas, de que o ex-presidente Lula não praticou qualquer ato ilícito, não praticou nenhum ato de ofício, não recebeu qualquer contrapartida, ao contrário do que foi afirmado pela denúncia feita pelo Ministério Público, explicava. Para Zanin:

Não se estava diante de meros erros de procedimento (error in procedendo) ou de erros de julgamento (error in judicando) do Poder Judiciário. Havia método e propósitos claros em todo aquele conjunto de atos processuais e extraprocessuais do Estado, a revelar uma inaudita instrumentalização do Direito para destruir uma pessoa considerada inimiga. O Direito deixava de ser uma instância de resolução pacífica de controvérsias para se metamorfosear, perversamente, em uma arma do Estado para abater os inimigos de turno (ZANIM MARTINS; ZANIM MARTINS e VALIM, 2023, p. 21).

No dia 8 de julho ocorreu um fato que escandalizaria o mundo jurídico. O desembargador Rogério Favreto, do TRF4, constatou a ilegalidade da prisão do ex-presidente Lula e determina sua soltura, após um confronto de liminares, a decisão do desembargador terminou sendo descumprida pelas autoridades da execução penal, após intervenção direta do juiz Moro, mesmo estando de férias. O juiz Sergio Moro fez inúmeras interferências no intuito de manter preso e em silêncio o ex-presidente durante o processo eleitoral. A conseqüente inabilitação do ex-presidente para concorrer às eleições presidenciais facilitou a vitória da liderança da extrema-direita no processo, resultando vitorioso Jair Bolsonaro (CARDOSO, 2020, p.255; MOURA e

CORBELLINE, 2019, p.56; SOUZA, 2016, p. 126; IBRAHIM, 2021, p. 96; NICOLAU, 2020, pp. 27). Após a eleição presidencial que levou Jair Bolsonaro à presidência do Brasil, o juiz Sergio Moro aceitou o convite do presidente eleito para ser o Ministro da Justiça, fato esse que causou um mal estar na classe política e jurídica do país.

Sobre esses fatos, Flavia Clemente de Souza escreveu um artigo na revista Policromias com o título: “*A campanha que começa antes da campanha: A prisão de Lula e sua interferência na agenda pública no período das eleições presidenciais de 2018*”¹⁴. A partir de suas pesquisas, a professora Flavia Clemente analisou diversas capas de revistas semanais informativas. Para ela, a grande exposição do ex-presidente se deu através de um agendamento, conforme a Teoria de McCombs e Shaw (1972), usadas por esses meios de comunicação para promover e formar a opinião pública. Flavia Clemente parte da hipótese de que a prisão de Lula seria um:

(...) *primeiro ato de campanha*”, e conclui que “*a prisão de Luiz Ignácio Lula da Silva, apontado como um dos possíveis candidatos à disputa eleitoral pela Presidência da República influenciou decisivamente na campanha eleitoral brasileira de 2018, por meio da análise de capas das principais revistas informativas em circulação naquele período: Veja, Isto É, Época e Carta Capital. Como perceberemos por meio das capas coletadas para a pesquisa, este agendamento começou em janeiro de 2018, oito meses antes do prazo do TSE para apresentação das candidaturas.*”(SOUZA, 2018).

Ibrahim cita o ativismo judicial da operação Lava Jato, que teria usado o direito para fins de deslegitimar, prejudicando o “*inimigo*” até a sua aniquilação, que é o conceito de *lawfare*, e com isso, segundo Ibrahim, “*não se faz*

¹⁴ <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/31538>

necessário ser doutor em semiótica para perceber como as atuações de alguns dos principais grupos midiáticos do Brasil foram fundamentais para estabelecer narrativa de que o ‘PT quebrou o Brasil’ e do antipetismo” (IBRAHIN, 2021, p. 96). Toda essa conjuntura adversa ao ex-presidente Lula, para Ibrahim, foi importante para viabilizar a sua inelegibilidade, como também sua prisão que “foi fundamental à ascensão do bolsonarismo” (IBRAHIN, 2021, p. 96).

5. O impeachment da Presidenta Dilma Rousseff

As eleições de 2014 foram bastante acirradas, o que mostra com a vitória de Dilma Rousseff (PT) por uma pequena margem de 3,2 pontos percentuais para seu oponente Aécio Neves (PSDB). Desde as eleições de 1994 – 2014 a disputa sempre gravitava entre o PT e o PSDB, com duas vitórias (94 e 98) para o PSDB e quatro para o PT (2002, 2006, 2010 e 2014). Aécio Neves na reta final das eleições de 2014 teve um crescimento elevado, passando a segunda colocada nas pesquisas a ex Ministra Marina Silva, e chegando ao segundo turno. Há poucos dias antes do segundo turno das eleições os institutos de pesquisas não estavam em acordo com relação aos números, ou seja, o Vox Populi cravava 48% dos votos para Dilma e 41% para o candidato Aécio. Já o instituto de pesquisa Sensus, apresentava os seguintes números: Aécio com 52,1% e Dilma 47,9% das intenções de votos¹⁵. Porém, no dia 26 de outubro Dilma é reeleita Presidente da República com 54.501.118 dos votos (51,64%) e Aécio Neves 51.041.155 votos (48,36%). Uma pequena diferença em comparação a série histórica desse confronto.

Após Dilma ser eleita presidenta do Brasil, ocorreu um fato inédito que nunca, desde a redemocratização em 1988, tinha ocorrido após a divulgação do vencedor na disputa presidencial. O fato era que o candidato derrotado, Aécio Neves, questionou judicialmente os resultados e *“pediu a cassação da chapa Dilma/Temer”* e com isso o segundo mandato de Dilma *“inicia-se sob tempestade perfeita”* (MOURA e COBERLLINE, 2019, p. 44). Aécio Neves três

¹⁵ <https://www.infomoney.com.br/>, acesso em 23/05/2022.

dias após o pleito concede uma entrevista para a Globo News no programa de Roberto D'Ávila, e nessa entrevista ele afirmava que não perdera as eleições para um partido, “*mas para uma organização criminosa*”¹⁶. Mais tarde, o PSDB pediria a cassação da chapa Dilma/Temer e recontagem dos votos.

Em 05/11/2014, poucos dias após os resultados da eleição para presidente da República, Aécio Neves fez um discurso no Senado Federal¹⁷ destilando acusações ao Partido dos Trabalhadores. Afirmou que o partido tinha atuado de forma antiética, usando o aparato estatal e proferindo mentiras contra sua pessoa. Segundo ele, a disputa eleitoral teria sido:

*(...) desigual, uma disputa em que os detentores do poder usaram, despudoradamente, o aparato estatal para se perpetuarem por mais quatro anos no comando do País. Essa é a verdade*¹⁸.

O estilo que Aécio usou foi de indignação pela disputa que ele considerava “*um vale-tudo nunca antes visto na nossa história. Nossos adversários cumpriram o aviso dado ao País de que, nas eleições, pode-se fazer o diabo*”, e que “*a má-fé com que travaram a disputa chegou às raias do impensável, do absurdo*”; sendo essa má-fé tendo como alvo o próprio. Poucos dias após ter afirmado que perdeu para uma organização criminosa e com isso deixando claro que não acolhia e aceitava os resultados, pedia a recontagem dos votos, inaugurando uma cisão com o ato democrático de reconhecer a derrota e parabenizar o oponente vitorioso. Com essa atitude, Aécio Neves

¹⁶ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/29>.

¹⁷ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/409754>. Acesso em 24/01/2023.

¹⁸ Idem

estimulava as manifestações de protestos para o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff.

Neste sentido, Moura e Corbellini analisam o início do segundo mandato de Dilma sob os protestos das jornadas de maio de 2013 e combinando, agora, *“com alta instabilidade institucional e o agravamento da crise econômica”* (MOURA e COBERLLINE, 2019, p. 44). A previsão foi confirmada pela volta das manifestações de rua em 15 de março de 2015, três meses após do início do segundo mandato de Dilma. Na ótica de Moura e Corbellini, a tempestade perfeita chegou com manifestações mais nítidas e homogêneas,

centrada(s) mais claramente no campo antipetista, conservador e nacionalista (...) com pedido de cassação de Dilma, exaltação a Sergio Moro, ataque à corrupção e, em algumas franjas dessas mobilizações, defesa de intervenção militar” (MOURA e COBERLLINE, 2019, p. 44).

O datafolha fez uma pesquisa em abril de 2016, entre os dias 7 e 8, que mostrou um percentual de 61% de brasileiros que defendiam o impeachment da presidente (MOURA e COBERLLINE, 2019, p. 45).

Moura e Corbellini fazem questão de assinalar que, meses após a eleição de 2014, a operação LavaJato se intensificou e levou várias personalidades do Partido dos Trabalhadores para a cadeia, como o ex-deputado André Vargas; o ex-tesoureiro, João Vaccari Neto; o ex-ministro, José Dirceu, e o ex-líder do PT no Senado, Delcídio Amaral. É de se compreender que quando esses líderes políticos foram acusados de corrupção e presos, o antipetismo tomou forma mais robusta, principalmente nas classes médias. E foram elas que ocuparam as ruas, segundo Jessé Souza, e que devota o ódio ao pobre hoje em dia como uma consequência ao ódio que se tinha ao escravo e que, para ele:

Quando as classes médias indignadas saíram às ruas a partir de junho de 2013, não foi, certamente, pela corrupção do PT, já que os revoltados ficaram em casa quando a corrupção dos outros partidos veio à tona. Por que a corrupção do PT provocou tanto ódio e a corrupção de outros partidos é encarada com tanta naturalidade? É que o ódio ao PT, na realidade, foi o ódio devotado ao único partido que diminuiu as distâncias sociais entre as classes no Brasil moderno. A corrupção foi mero pretexto (SOUZA, 2017, p. 67).

Por esta razão, Jessé acredita que as manifestações pelo impeachment da presidente Dilma tinham no combate à corrupção apenas um pretexto para o que realmente interessava à classe média, que era o impedimento de um governo que tinha retirado alguns privilégios desta classe.

A condução coercitiva do ex-presidente Lula em março de 2016 foi um marco determinante para a crise do período pré-impeachment, que dias após o ex-presidente ter sido nomeado pela presidenta Dilma para o ministério da Casa Civil, Sergio Moro, na tentativa de impedir essa nomeação, usa de suas atribuições como juiz e divulga conversas interpeladas pela Polícia Federal da presidenta com Lula, vazando para a imprensa que publica em horário nobre (MOURA e CORBELLINE, 2019, p. 46).

Desta forma, estava amadurecida a ideia de um afastamento da presidenta Dilma por um processo de impeachment. Como comentamos no capítulo 1, Jessé Souza acredita que o início se dá nas jornadas de junho de 2013 com a manipulação das manifestações. Ele faz uma análise cronológica dessas manifestações.

No início as manifestações tinham como pauta a tarifa zero para os transportes público que era a única bandeira do Movimento Passe Livre (MPL).

Os protestos se resumiam ao município de São Paulo. Jessé Souza observa as reações do Jornal Nacional, da Rede Globo, que para ele é *“uma espécie de porta-voz da reação conservadora extraparlamentar”* (SOUZA, 2016, p, 89). As primeiras impressões deste jornal foram negativas, devido a tumultos nas manifestações, dando ênfase sobre os problemas causados no trânsito e algumas depredações. No dia 12 de junho o Jornal Nacional, analisa Souza, *“faz novas menções negativas aos protestos, e a palavra “vandalismo” tornou-se recorrente”* (SOUZA, 2016, p. 89) para qualificar o movimento. Nos jornais dos dias 13 ao dia 16 os temas eram os mesmos e o movimento era considerado abusivo e possuía um viés de radicalização.

Segundo Jessé Souza, a partir do dia 17 de junho de 2013 o protesto passou a ser pacífico, com a bandeira brasileira se tornando seu símbolo. A Rede Globo, para Jessé Souza, começou a vislumbrar uma oportunidade de federalizar os protestos para derrubar a popularidade da presidente e incluir outras pautas como: contra os gastos da copa¹⁹; contra a PEC 37²⁰; e contra a corrupção, que era e sempre foi usada pelas elites para manter seus privilégios (SOUZA, 2019, p. 90). A partir daí as manifestações foram incentivadas pela grande mídia como manifestações democráticas e apartidárias contra a corrupção.

“Bandeiras do Brasil e rostos pintados como nas “Diretas Já” apareceram por todos os lados. Começava a criação estética e moral do movimento antigoverno federal capitaneado pela grande imprensa: os ritos passaram a se cantar o hino nacional, vestir camisa da seleção, ter a cara pintada e usar a bandeira nacional.” (SOUZA, 2016, p. 91)

¹⁹ O Brasil sediaria em 2014 a copa do mundo de futebol.

²⁰ A PEC 37 limitava a atividade de investigação criminal às polícias federal e civil dos estados e Distrito Federal e isso contrariava o Ministério Público à época, que queriam investigar e acusar, contrariando a divisão do trabalho do judiciário.

Seguindo a linha de críticas ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o escritor brasileiro, Luiz Ruffato, escreveu um artigo para o jornal El país²¹ sob o título “*O golpe contra Dilma Rousseff*” e faz uma afirmação relevante e reveladora, diz ele: “*O afastamento definitivo de Dilma Rousseff da Presidência da República é sem dúvida o capítulo mais vergonhoso da história política brasileira*”. Neste artigo ele discorre sobre a falta de provas e indícios de enriquecimento ilícito ou aproveitamento do cargo para seu benefício próprio. As acusações eram frágeis, ou seja, “*Pedaladas Fiscais*”²². Ruffato lembra que 16 dos 27 governadores da mesma época do processo, cometeram esse mesmo crime de responsabilidade e nenhum foi acusado formalmente.

O escritor entende que esse não foi o fato em si para o processo. Para ele, as manifestações tiveram um peso importante e foram incentivadas “*por defensores dos mais diversos interesses, muitos deles espúrios, levantavam bandeiras anti-corrupção, porém alimentavam-se de ressentimento*”. Neste sentido, Ruffato concorda com Jessé Souza com o argumento de que parte da população, que estava acostumada aos amplos privilégios “*nunca aceitou dividir espaço com a camada mais pobre, destinada, em sua invisibilidade, a manter-se apenas como uma espécie de reserva técnica de mão de obra desqualificada*”, que para Jesse Souza essa “*parte da população*” é a elite do atraso, como ele denomina. E Ruffato continua:

²¹ https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html, acesso em 16/12/2022.

²² Pedaladas fiscais são operações atípicas, não previstas na legislação, utilizadas para maquiar o resultado das contas públicas. Em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-pedalada-fiscal-um-manual-para-nao-economistas/241550408>. (Acesso em 08/05/2023)

Assim, com o claro objetivo de arrancar a qualquer custo o poder das mãos da presidente Dilma Rousseff, as oposições, lideradas nas sombras pelo vice-presidente Michel Temer, passaram a articular demonstrações de força. Por trás dos protestos “espontâneos” contra o governo havia entidades como o Movimento Brasil Livre (MBL), financiado pelo DEM, PSDB, SD e PMDB; Vem pra Rua, criado em 2014 por um grupo de empresários para apoiar a candidatura do senador tucano Aécio Neves à Presidência da República; e Revoltados On-Line, gerenciado pelo empresário Marcello Reis, que não esconde sua simpatia pela ideia de intervenção militar e que possui ligações com o deputado fascista Jair Bolsonaro (PSC-RJ), pré-candidato à Presidência da República²³.

Defendendo que tudo se inicia com uma ação jurídica, Wanderley Santos alega que foi a ação penal (AP) 470 que origina o espetáculo da Lava Jato e todo o arcabouço de uma intervenção judicial para usurpar o poder dado, por processo eleitoral, à presidenta Dilma. Segundo Santos:

A ação Penal 470 estreou ostensivo espetáculo de intervenção jurídica na ordem política. Aproveitou pretexto sem fundamento real e instaurou o primeiro processo político de degradação, além do de punição penal, com apoio midiático e apelo classista. As raízes do ativismo são recentes, de inclinação indisfarçável e de adubo catalogado. A semeadura iniciou-se em sincronia com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (SANTOS, 2017, p.159).

Diante disso, criou-se um perigoso precedente que oportunizou o alicerce de uma ideologia sob a qual grande parte da mídia brasileira e, principalmente, a Lava Jato obteve força para empreender um *modus operadi*, no sentido de destruir reputações sem provas, na tentativa de destruir a imagem do Partido dos Trabalhadores (SANTOS, 2017), que acelerou a deposição da presidenta Dilma. A argumentação de Santos consiste:

²³ https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html, acesso em 16/12/2022.

(...) em desconhecer razões de princípio que tornem qualquer sistema representativo imune à possibilidade de que o corpo de representante seqüestre, em golpe de mão, o poder constitucional originário, exclusivo da população. E esse lance de usurpação está na essência do golpe constitucional ocorrido no Brasil, que não permanecerá solitário no grupo, mesmo se dispensadas as peripécias paraguaias e hondurenhas anteriores (SANTOS, 2017, p. 9).

No dia 2 de dezembro de 2015 o Deputado Federal e Presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, abriu processo a partir de um documento apresentado por Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal. No dia 17 de dezembro, o STF decidiu por maioria a favor da possibilidade de o Senado Federal recusar a abertura de um processo de *impeachment*, mesmo após a Câmara dos Deputados autorizar a instauração daquele. Em 11 de abril de 2016, a comissão especial do impeachment aprovou, por 38 votos a 27, parecer favorável para que a presidenta Dilma sofresse o impeachment, ficando agora com o Senado a incumbência de instaurar o processo ou arquivar. No dia 4 de maio, o relator Antonio Anastasia leu o parecer favorável à abertura de processo no Senado. Dilma fez sua defesa no Senado em 29 de agosto, e associou o processo a um golpe de Estado. Finalmente, no dia 31 de agosto a presidenta Dilma Rousseff, em uma votação no plenário do Senado, teve o mandato cassado.

Com uma coragem e altivez poucas vezes vistas na política brasileira, a presidente Dilma Rousseff enfrentou 14 horas de interrogatório nas dependências do Senado. Inutilmente, ela sabia, porque o resultado daquela farsa já havia sido decidido muito antes, nos bastidores, envolvendo as mais inconfessáveis negociações. Sentada em frente ao presidente do STF, Ricardo Lewandowski, Dilma não enfrentava somente o rancor da elite contrariada, mas também todos os preconceitos existentes contra as

*mulheres, principalmente aquelas que não aceitam submeter-se ao poder patriarcal. Blindada por uma força extraordinária, Dilma ousava afirmar que, como ser humano passível de equívocos, errou algumas vezes durante o exercício de seu mandato. Assentada em utopias, Dilma ousava afirmar que continua acreditando na luta por um Brasil mais justo. Somos medíocres, não atrevemos sonhar; somos hipócritas, não admitimos assumir nossas falhas. Cassar arbitrariamente o mandato da presidente Dilma Rousseff significou um ato de cinismo covarde contra o desejo manifestado nas urnas por 54.501.118 brasileiros. A isso se chama golpe de estado (Luiz Ruffato)*²⁴.

²⁴ Ex-presidenta Dilma Rousseff é inocentada no caso das pedaladas fiscais que motivaram o impeachment: : <https://www.jb.com.br/brasil/politica/2023/08/1045532-ex-presidenta-dilma-rousseff-e-inocentada-no-caso-das-pedaladas-fiscais-que-motivaram-impeachment.html> (Acesso em 27/08/22)

“MPF arquiva inquérito sobre pedaladas que levaram ao impeachment de Dilma: <https://www.conjur.com.br/2022-set-22/mpf-arquiva-inquerito-pedaladas-ligadas-impeachment-dilma> . (Acesso em 27/08/2022). “Justiça mantém decisão que isenta Dilma Rousseff de “pedaladas fiscais”. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/justica-mantem-decisao-que-isenta-dilma-rousseff-de-pedaladas-fiscais/> . (Acesso em 02/09/2023).

6. Considerações Finais

A eleição para presidente da República do Brasil de 2018 foi tudo menos normal. Normal em comparação aos últimos pleitos, que transcorreram de forma consuetudinária aos padrões que se esperava, ou seja, aceitação dos resultados pelos derrotados; crença justificada no processo de eleição com urnas eletrônicas e respeito aos oponentes e as regras democráticas. Neste sentido, a eleição de 2018 é um ponto fora da curva, uma eleição disruptiva, como retrata Moura e Corbellini, ou seja, uma eleição que rompeu com um padrão aceitável e os modelos de competição correntes.

Os últimos cinco anos que precederam essa eleição foram marcados por conflitos e desassossegos no universo da política e contra os políticos. Boa parte da população estava insatisfeita com os rumos da política brasileira e com seus resultados. Esse descontentamento ficou evidenciado com as jornadas de junho, que levaram milhões de manifestantes às ruas para protestar, e as operações da Lava Jato que bombardeavam com uma enxurrada de denúncias contra agentes públicos e políticos, acusados de corrupção. O impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, seria um incentivo para o nascer de uma nova era na política, como alguns ingenuamente pensaram. Porém as denúncias contra políticos e partidos que defenderam o impeachment, decepcionaram os que achavam que a política no Brasil ia mudar para melhor.

Neste sentido, o antipetismo, a antipolítica, a crescente onda da extrema-direita, o lavajatismo, o impeachment de uma presidenta e a perda do

protagonismo de grandes partidos como o PSDB e o MDB, ajudariam a abrir caminho para Bolsonaro, um candidato *outsider*, que tinha passado ileso pela operação Lava Jato; que tinha em seu discurso soluções simplistas; que era visto como popular, simples; que “*é diferente de tudo que tá aí*” (MOURA e CORBELLINI, 2019, p. 139); era crente em Deus e fazia uso de um lema facinazista (MULHALL, 2022, p. 240) que afirma “*Deus, pátria e família*” – pauta moral – com discurso anti-esquerdista, anti-aborto e defensor ferrenho dos valores da família tradicional; que defendia propostas simplistas contra o crime e criminosos com slogan “*bandido bom é bandido morto*”. Bolsonaro com esses discursos alcançou uma grande massa de conservadores.

Não há dúvidas que Bolsonaro foi muito favorecido pela conjuntura política e social que antecedeu as eleições de 2018. A sua saga foi muito semelhante à do presidente eleito em 2016, Donald Trump. Para entendermos essa semelhança, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt indagam: “*A democracia Norte-americana está em perigo?*” Pergunta que segundo eles, nunca tinha sido cogitada pelos norte-americanos (LEVITSKY, S. e ZIBLATT, 2018). Da mesma forma, David Runciman objeta pela primeira vez, após a eleição de D. Trump, sobre o fim da democracia nos EUA (RUNCIMAN, 2018).

As teses de Runciman se fundam na premissa de que as democracias ocidentais são relativamente novas e que estariam passando por uma crise de meia-idade. Ele não tem soluções para impedir o fim das democracias, mas apenas sugestões. Afirma ele que a democracia ocidental madura está em declínio, e é preciso reconhecer. Se a democracia morrer, não quer dizer que NÓS morreremos. A extinção da democracia não é nossa extinção. Não podemos achar que a democracia é sacrossanta, defende ele. Runciman

acredita que a democracia ocidental irá sobreviver à sua crise de meia-idade, embora um pouco fracassada, porém não sairá revivida. Ela nunca será a mesma.

Para Camila Rocha, é preciso ter um olhar singularizado com relação à nova direita no Brasil ou um novo ativismo de direita (ROCHA, 2021, p.9), que já estava imanente bem antes da vitória de Jair Bolsonaro para presidente da República do Brasil. Apesar de teorias de analistas políticos, segundo ela, que afirmava que essa direita era a mesma da direita tradicional, ou seja, neoliberalismo e conservadorismo, porém o bolsonarismo:

(...) que teve início entre 2014 e 2015, se apoiou em outro fenômeno político, cuja trajetória remonta há quase quinze anos: o surgimento de uma nova direita brasileira. Ao contrário da direita envergonhada (...) a nova direita não tem nenhuma vergonha de se afirmar como tal (ROCHA, 2021, p. 9).

Rocha percebeu que fora e dentro da academia, poucas análises estiveram qualificadas para prever os resultados do pleito de 2018. Segundo ela, o problema foi uma visão, por atores políticos tradicionais, unicamente por possíveis cálculos racionais e que, “*na ausência da compreensão do ocorrido, diz-se que foi uma ‘onda’*” (ROCHA, 2021, p. 173), interferido através de uma manipulação do eleitorado e que teriam, as elites nacionais, empregado muito dinheiro em complexos equipamentos eletrônicos no intuito de difundir desinformações. Rocha enfatiza também uma falsa análise de movimentos de direita no Brasil como, por exemplo, a Campanha da Mulher pela Democracia, que organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, através da pesquisa feita por Janaina Cordeiro (ROCHA, 2021, p. 174), que pedia

intervenção militar em 1964. A análise de Cordeiro descreve que a literatura da época e os atores políticos, “*entendiam que o papel dessas mulheres teria sido marginal no processo político*” (ROCHA, 2021, p. 174), porque essas mulheres teriam sido manipuladas pelos homens, mas na verdade, “*elas se organizaram conscientemente pela defesa de seu modo de vida*” (ROCHA, 2021, p. 174), que estava embasado em valores que defendiam o papel das mulheres conservadoras na sociedade, como mães, esposas, donas de casa e que o comunismo colocava em risco esses valores.

Da mesma forma, a retórica anticomunista, que sempre esteve presente no discurso da direita naquela época, e hoje,

não era fruto apenas de histeria e paranóia, pois os avanços políticos dos comunistas dentro e fora do país constituíam ameaças reais a grupos que, como as mulheres conservadoras, também procuravam defender sua existência (ROCHA, 2021, p. 174).

Rocha em sua pesquisa, apreendeu que os militares de direita se organizavam contra o que eles entendiam como uma ameaça à soberania nacional, que há época estava representada pelos cristãos da igreja católica, aderindo ao comunismo internacional. Neste sentido, eles também procuravam defender sua ideologia religiosa do que eles compreendiam como avanço do secularismo e ateísmo. De forma análoga aos estudos sobre a Aliança Renovadora Nacional, destacadas nas pesquisas de Lucia Grinberg (ROCHA, 2019, p. 174), foi compreendido por atores políticos da época, à esquerda e à direita, “*como um partido artificial (...) dado que existiria apenas para referendar*

as decisões tomadas pelo alto escalão do regime militar” (ROCHA, 2019, p.175).

Na ótica de Camila Rocha, a militância de direita no Brasil era conceituada como falsa, ilegítima, por que sempre foi manipulada e construída por pessoas sem cultura, histéricas e insensatas, e que são financiadas ou mesmo possuem confortáveis recursos para mobilizar boa parte da sociedade, com o objetivo de alcançar seus anseios políticos. Entretanto, segundo Rocha, ter recurso explica de forma parcial o êxito da direita, porém há outros fatores que podem indicar esse êxito ou fracasso:

A criação de fortes identidades coletivas; dinâmicas emocionais que surgem a partir das interações e conflitos entre grupos políticos; mudanças nas estruturas de oportunidades políticas que criam momentos mais propícios para a ação de determinados grupos; e, nos último anos, a habilidade no uso, e a própria lógica, das mídias digitais (ROCHA, 2019, p. 175)

Neste sentido, a eleição de 2018 para presidente do Brasil foi um aprendizado importante e didático, como mostram Moura e Corbellini. Para eles, é preciso aprender com a história e afastar a ideia de que *“nada será como antes”* e de que *“tudo será diferente”*, lembrando o pleito de 1989 com a vitória de Fernando Collor de Melo, que já se falava em fim dos partidos tradicionais e *“das estruturas da ‘Nova República’* (MOURA e CORBELLINI, 2019, p. 157).

Naquela eleição, o presidente eleito, segundo relatam os jornais da época, *“fez um brinde celebrando ‘o fim do PT’* (MOURA e CORBELLINI, 2019, p.157). Em 2018 vivenciou-se uma eleição disruptiva no sentido da

mudança e desorganização dos padrões até então conhecidas. Um partido nanico, com pouco tempo de televisão, um candidato desconhecido e freqüentador do baixo clero, sem nenhuma expressão política, que se elegeu sem propostas factíveis e programa enxuto, podemos indagar: Será que esse modelo de campanha eleitoral poderá se tornar padrão? O modelo “*Bolsonaro pode ser entendido como uma espécie de fórmula universal para levar outros candidatos à vitória*”, criando um novo protótipo de campanha que se tornará convencional? (MOURA e CORBELLINI, 2019, p. 158). Moura e Corbelline respondem que não. Nessa eleição o universo de acontecimentos foi atípico e é muito pouco provável que se repitam. Na eleição de Lula em 2002 foi construído um discurso de mudança embalado em um sentimento de esperança. Já na eleição de Bolsonaro, havia um discurso de descontinuidade com o sistema político instigado por um sentimento de ódio. Para eles:

Não há fatos sólidos para avaliar que essa última característica – a vitória de um antidiscurso e de uma retórica agressiva – seja uma nova tendência de comportamento eleitoral, algo que teria vindo para ficar e que suplante uma lógica enraizada secularmente, a de que as pessoas votam, em primeiro lugar, em uma ideia de futuro, uma projeção boa para o eleitor, e que um candidato deve ser um mercador de esperança (MOURA e CORBELLINI, 2019, p. 160).

O cientista político Alberto Carlos de Almeida afirma que a maioria dos analistas subestimou Bolsonaro. Esse menosprezo tem origem, entre outras coisas, segundo ele, com o que o candidato defendia quando era deputado:

assassinato de milhares de pessoas, incluindo Fernando Henrique Cardoso, preferir ter um filho morto a um filho gay, ter como livro de cabeceira

algo assinado pelo maior torturador da ditadura militar, fraquejar ao conceber uma filha mulher, não estuprar alguém porque esse alguém não o merecia, que torturar e não matar foi um erro, que dar porrada corrigiria um filho gayzinho, que Pinochet deveria ter matado mais gente, que gastaram muito chumbo para matar o Lamarca, pois ele merecia ter sido morto por coronhadas, que ele – Bolsonaro – sofria preconceito homossexual, para ficar em apenas algumas informações²⁵.

Na visão de Almeida, nós tínhamos uma crença de que o brasileiro médio seria uma pessoa pacífica, cristã, que teria uma convivência humana harmoniosa, que valorizaria a vida e que ao ouvir essas declarações de um candidato à presidência da República, iria com certeza rejeitá-lo e não votaria neste candidato. Mas como entender a cabeça do brasileiro? Para Almeida, o brasileiro médio não mudou. O que aconteceu foi que ele ignorou esse perfil de Bolsonaro, respondendo o porquê desse voto nele e lhe dando a vitória. Bolsonaro poderia ter todas essas características degradantes, mas não tinha uma para o eleitor: que era corrupto. Segundo o cientista político, o voto em Bolsonaro foi, certamente, *“para tirar o PT do poder, mas porque ele, como o PSDB e MDB, fazem parte de um sistema no qual a corrupção é a causadora do desemprego, do péssimo atendimento de saúde (...) da violência e assassinatos generalizados”* e por causa desses fatores *“Bolsonaro foi eleito para acabar a corrupção”*, com a ajuda do juiz Sergio Moro e a operação Lava Jato. Nessa eleição de 2018, a marca negativa do sistema era a corrupção e isso explica o péssimo desempenho do PSDB e do MDB, embora o PT tenha tido um bom resultado na câmara e no senado. Almeida ressalta que foi Bolsonaro

²⁵ Entrevista concedida ao site Poder360graus. <https://www.poder360.com.br/opiniaao/o-motivo-que-levou-a-vitoria-de-bolsonaro-segundo-alberto-carlos-almeida/>

quem se mostrou como um candidato sem essa marca negativa e foi ele quem melhor transmitiu a imagem ao eleitor que iria resolver esse problema.

Portanto, todos os trabalhos pós-eleição de 2018 para presidente analisados chegam à conclusão de que essa eleição não foi convencional. Apesar disso, Moura e Corbelline dissertam sobre o futuro das eleições no Brasil, após a de 2018. Para eles, em 2018 transcorreram vários acontecimentos atípicos: *“Uma campanha cujo líder nas pesquisas estava preso, e em que uma facada, em meio ao primeiro turno, constituiu-se em fator mobilizador e propulsor de um favoritismo, o de Bolsonaro, que já estava estruturalmente delineado”* (MOURA e CORBELLINI, 2019, p. 159). Neste sentido, eles acreditam que esses elementos raramente se repetirão e não há conjunturas fortes para ratificar que um candidato que venceu com um antidiscurso e um palavrório agressivo possa vir a ser um padrão de comportamento eleitoral. Moura e Corbelline não acreditam que essa tendência mude uma *“lógica enraizada secularmente, a de que as pessoas votam, em primeiro lugar, em uma ideia de futuro, uma projeção boa para o eleitor, e que o candidato deve ser um mercador de esperança”* (MOURA e CORBELLINI, 2019, p. 160).

Analisadas as literaturas abordadas, podemos concluir que essa eleição foi carregada de inúmeros elementos atípicos, distinto de outras eleições. Não tiveram, como era padrão, análises por parte dos eleitores através dos embates entre candidatos, no qual se podiam tomar decisões assistindo pela TV as sabatinas e debates. Neste sentido, é visível que *“as ondas das redes sociais, principalmente via WhatsApp, tiveram um impacto fundamental no pleito, e é muito difícil mensurá-las”*, concluem Moura e Corbellini (MOURA e

CORBELLINI, 2019, p. 88). A prisão de Lula e a decisão do PT em continuar mantendo a sua candidatura até o último momento e o atentado contra Bolsonaro, foram momentos nunca vividos e que “*nem um enredo de cinema poderia produzir essa combinação de episódios* (MOURA e CORBELLINI, 2019, p. 88).

Para Jairo Nicolau a vitória de Bolsonaro teve vários aspectos que poderíamos enumerar como importantes. Segundo ele:

Bolsonaro rompeu com um padrão observado em eleições anteriores (...) foi o preferido nos três níveis de escolaridade que adotei para classificar os eleitores (fundamental, médio e superior) (...) {havia} um componente regional no voto dos menos escolarizados. O Nordeste concentra um contingente expressivo de eleitores da baixa renda (...) Os presidentes eleitos no Brasil sempre tiveram um percentual de votos semelhante entre homens e mulheres. Essa simetria não aconteceu em 2018 (...) A preferência dos homens por Bolsonaro é mantida quando segmentamos o eleitorado segundo a escolaridade (...) A idade não tem sido um fator importante para distinguir o voto nas eleições presidenciais brasileiras, e o mesmo aconteceu em 2018 (...) Bolsonaro foi eleito com o apoio de cerca de 70% dos eleitores evangélicos; é o maior percentual já obtido junto a esse grupo por um candidato a presidente (desde 2002, pelo menos) (...) O antipetismo foi um dos temas centrais das eleições de 2018, mas o dado que chama atenção é que metade dos eleitores não prefere nem rejeita o partido (...) O bolsonarismo é, sobretudo, um fenômeno urbano (NICOLAU, 2020, p. 122-123-124).

Poderemos até, a partir de uma análise mais imperativa, enumerar mais fatores que contribuíram para a vitória, como insistimos: disruptiva, do candidato Jair Messias Bolsonaro. Entretanto, esse trabalho não se encerra aqui, uma vez que pretendemos continuá-lo em um doutorado, quem sabe. Uso as palavras de Jairo Nicolau para concluir nosso objetivo neste trabalho de

conclusão de curso, quando ele ao expor suas pesquisas, tinha o desejo que houvesse uma expectativa, de que fosse como:

um caleidoscópio de dados que vão se misturando e que, espero, ofereça um quadro que tenha feito algum sentido para quem quer entender melhor o que se passou em 2018” (NICOLAU, 2020, p. 126).

7. REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio et al (vários autores). **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ACAYABA, Cíntia. **Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes**. G1 São Paulo. 24 Jun 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 27/08/2023.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

AMARAL, Marina. **A nova roupa da direita**. 23 jun 2015. Publica. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acesso em: 13/02/2023.

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, primeira Ed., 2020.

AVRITZER, Leonardo. KERCHE, Fábio. MARONA, Marjorie (orgs). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BARBA, Mariana Della e WENTZEL, Marina. **Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação**. 19 Abril 2016. São Paulo – BBC Brasil. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oa_b_mdb. Acesso em 21/06/2023.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo, tradução Marco Aurélio Nogueira, 3ª Ed., ED. UNESP, 2011.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. Trad. Mario A. Marin; Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Ed. Filosófica Politeia, 2019.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **À beira do abismo. Uma sociologia política do bolsonarismo**. Rio de Janeiro: 1ª Ed., Amazon, 2020.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. Tradução Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2020.

IBRAHIM, Cesar Antonio Calejon. **A ascensão do Bolsonarismo no Brasil do século XXI**. Curitiba: Kotter Editorial, 2ª Ed., 2021.

CHALOUB, Jorge. **O Liberalismo de Carlos Lacerda**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 61, no 4, 2018.

Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, diz Diap. R7. 06 Dez 2014. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/eleicoes-2014/congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-diz-diap-06102014>>. Acesso em: 13/02/2023.

LEVITSKY, Steven. e ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução Renato Aguiar: 1. Ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMONGI, Fernando. **Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato**. São Paulo: Todavia, 2023.

MIRHAN, Lejeune. **Eleições no Brasil 1945-2018: o comportamento eleitoral dos brasileiros**. Campinas, SP: Apparte, 1º Ed., 2019.

MOTA, Carlos. **PT tirou o país do Mapa da Fome e garantiu alimentação saudável**. PT no Senado. 16 Out. 2018. Disponível em: < <https://ptnosenado.org.br/pt-tirou-pais-do-mapa-da-fome-e-garantiu-alimentacao-saudavel/>>. Acesso em: 25/04/2022.

MOURA, Maurício. CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu**. Rio de Janeiro: Record, 2ª Ed., 2019.

MULHALL, Joe. **Tambores à distância: viagem ao centro da extrema direita mundial**. Trad: Teresa Dias Carneiro. São Paulo: LeYa Brasil, 2022.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª Ed., 2020.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2022.

OYAMA, Thaís. **Tormenta: O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Misses: O liberalismo e a nova direita no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2021.

SINGER, André. **Os Sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **O lulismo em crise**: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOLANO, Esther. ROCHA, Camila (Orgs.). **As Direitas nas Redes e nas Ruas: A crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SOUZA, Alan. **Marco temporal, aborto, drogas: entenda a sequência de atritos que ampliou a tensão entre STF e Congresso**. 06 Out 2023. O Globo. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/10/06/marco-temporal-aborto-drogas-entenda-a-sequencia-de-atritos-que-ampliou-a-tensao-entre-stf-e-congresso>>

temporal-aborto-drogas-entenda-a-sequencia-de-atritos-que-ampliou-a-tensao-entre-stf-e-congresso.ghml. Acesso em: 15/10/2023.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

PEREIRA, Larissa. **Facada em Bolsonaro reforçou figura de “mito” e o ajudou esconder falhas**. Último Segundo. 28 Out. 2018. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-10-28/facada-em-bolsonaro-eleicoes.html>>. Acesso em : 08/06/2023.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

Portal da Câmara dos Deputados. **Comissões da Câmara dos Deputados**. Brasília. Disponível em: <[Comissões da Câmara dos Deputados - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](https://comissoes.camara.leg.br)>. Acesso em 04/04/2023).

Quem somos. Fórum da Liberdade. 28 mar 2019. Disponível em: <https://www.forumdaliberdade.com.br>. Acesso em: 09/07/2022.

Pronunciamento de Aécio Neves em 05/11/2014. Senado Federal- Atividade Legislativa. 05 Nov 2014. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/409754>>. Acesso em: 24/01/2023.

RUFFATO, Luiz. **O golpe contra Dilma Rousseff**. 01 Set 2016. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html>. Acesso em: 16/12/2022.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chaga ao fim**. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SOUZA, Flávia Clemente de. **A Campanha que começa antes da campanha: A prisão de Lula e sua interferência na agenda pública no período das eleições presidenciais de 2018**. Revista Policromias, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/31538>>. Acesso em 23/05/2022.

VIEIRA, André. “**Lula é vítima da guerra política**”, afirma Cristiano Zanin. Brasil de Fato. 10 Abr 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/04/10/lula-e-vitima-da-guerra-politica-afirma-cristiano-zani>

ZANIN Martins, Cristiano; ZANIN Martins, Valeska Teixeira; VALIM, Rafael.

Lawfare: uma introdução. São Paulo: Ed. Contracorrente, 2023.